



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2021

AGENDAS 2030 & 2063



AS SETE ASPIRAÇÕES DA AGENDA 2063 PARA ÁFRICA



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2021

AGENDA 2030 / 2063

Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	João de Pina Mendes Cardoso
Vice-Presidente	Fernando Lopes Rocha
Vogal do CD	Annie Pereira Tavares Sanches
Departamento/Divisão	Gabinete de Planeamento e Seguimento
Edição	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Para mais informações	Nereida Moreira Tel: (238) 261 3960 / 3827 Fax: (238) 261 1656 Email: nmoreira@ine.gov.cv
Data Publicação	Dezembro 2022
Apoio ao utilizador	Gabinete de Comunicação, Difusão e Cooperação Email : difusão.ine@ine.gov.cv

ÍNDICE

ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA	13
ODS 2 – ERRADICAR A FOME.....	20
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE.....	23
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	32
ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO.....	36
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO.....	41
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS.....	43
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	45
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	52
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES	56
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.....	59
ODS 12 - ASSEGURAR PADRÕES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS.....	60
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA.....	61
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA.....	62
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE	63
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	66
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	72
OBJETIVO 1 ÁFRICA 2063 - UM PADRÃO DE VIDA ELEVADO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA TODOS OS CIDADÃOS.....	77
OBJETIVO 2 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS BEM-EDUCADOS E REVOLUÇÃO DE COMPETÊNCIAS APOIADAS PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	81
OBJETIVO 3 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS SAUDÁVEIS E BEM NUTRIDOS.....	83
OBJETIVO 4 ÁFRICA 2063 - ECONOMIAS TRANSFORMADAS E CRIAÇÃO DE EMPREGO.....	84
OBJETIVO 6 ÁFRICA 2063 - ECONOMIA AZUL / OCEANO PARA UM CRESCIMENTO ECONÓMICO ACCELERADO	86
OBJETIVO 7 - ECONOMIAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	87
OBJETIVO 10 ÁFRICA 2063 – ÁFRICA COM INFRAESTRUTURAS CRUZADAS DE CLASSE MUNDIAL	88
OBJETIVO 11 ÁFRICA 2063 – VALORES DEMOCRÁTICOS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DOS DIREITOS HUMANOS, DA JUSTIÇA E DO ESTADO DE DIREITO BEM ESTABELECIDOS	89
OBJETIVO 12 ÁFRICA 2063 - INSTITUIÇÕES ADEQUADAS E LIDERANÇA TRANSFORMADORA IMPLEMENTADAS.....	91
OBJETIVO 17 – PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA.....	92
OBJETIVO 18 ÁFRICA 2063 – JOVENS E CRIANÇAS ENVOLVIDOS E CAPACITADOS.....	93
OBJETIVO 19 ÁFRICA - ÁFRICA COMO PARCEIRO IMPORTANTE NOS ASSUNTOS GLOBAIS E COEXISTÊNCIA PACÍFICA	94
OBJETIVO 20 ÁFRICA 2063 – A ÁFRICA ASSUME PLENA RESPONSABILIDADE DE FINANCIAR O SEU PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO.....	96

ENTIDADES PARCEIRAS

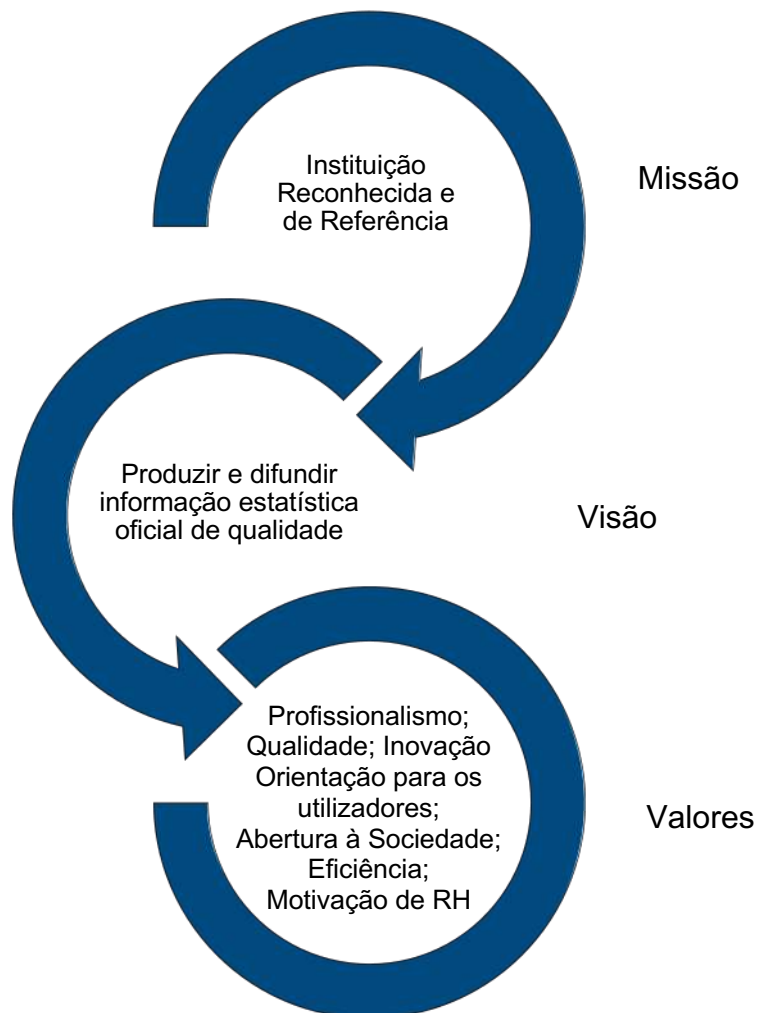
Agência de Aviação Civil (AAC)
Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)
(ARME)
Banco de Cabo Verde (BCV)
Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS)
Comissão Nacional de Eleições (CNE)
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)
Direção Nacional do Ambiente (DNA)
Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária
Direção-Geral do Emprego (DGE)
Direção-Geral do Trabalho (DGT)
Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)
Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)
Inspeção-Geral do Trabalho (IGT)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)
Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)
Ministério da Educação (ME)
Ministério da Justiça e Trabalho (MJT)
Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)
Ministério das Finanças (MF)
ONU Mulheres

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV), chamou a si a responsabilidade de produzir o presente relatório, com o objetivo de apresentar os indicadores produzidos pelas Agendas 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e 2063 para a África que queremos. O INE-CV assume tal responsabilidade, na qualidade de órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (artigo 24º, da lei nº 48/IX/2019).

Neste sentido, as entidades que têm a responsabilidade de fazer o seguimento e a avaliação das duas Agendas, após a sua nacionalização, terão elementos suficientes que lhes permitirão avaliar o grau do cumprimento dos seus objetivos no país.

Missão, Visão e Valores do INE



APRESENTAÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial das Nações Unidas constituída por 17 objetivos, 169 metas e 244 indicadores, e a Agenda 2063 para África, cujo lema é “A África que queremos”, composta por 7 aspirações e 20 objetivos, são duas agendas ambiciosas que o mundo, em geral, e o continente africano, em específico, terão de seguir para obterem um crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável do planeta.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), à semelhança dos anos anteriores, atento às suas atribuições e compromissos nacionais e internacionais já assumidos, vem produzindo os relatórios das duas agendas, com o objetivo de apresentar a evolução dos indicadores de ambas em Cabo Verde.

Desde o ano de 2019, e seguindo as recomendações internacionais, o INE passou a produzir e disponibilizar um único relatório estatístico, respeitando o alinhamento feito pela União Africana, com o objetivo de apresentar quantitativamente os indicadores disponíveis em Cabo Verde.

A produção de alguns indicadores não segue, na íntegra, as recomendações internacionais, por falta de dados. Face a tal situação, utilizou-se o indicador internacional apresentado como proxy.

No ano em apreço, do total de indicadores dos ODS, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) de Cabo Verde produziu 97 indicadores, correspondendo a 38,3%. Em relação à Agenda 2063 para África, do total de 58 indicadores, o SEN produziu 39 (67,2%).

Tal como as anteriores, esta publicação representa o trabalho conjunto do INE, dos demais órgãos produtores de estatísticas oficiais, e, também, de outras instituições públicas que produzem informação estatística. Com esta publicação, o INE cumpre, assim, a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana.

Resta, finalmente, ao INE, agradecer sem delonga, a colaboração de todos os profissionais e instituições nacionais e internacionais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a publicação deste Relatório.

O INE aproveita esta oportunidade para manifestar a sua total disponibilidade para acolher contribuições dos utilizadores para o Relatório Estatístico de 2022.

Alinhamento das Agendas	
Objetivos da Agenda 2030	Objetivos da Agenda 2063
1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. 8. Promover crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. 11. Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	1. Um Padrão de Vida elevado, Qualidade de Vida e Bem-Estar para todos os Cidadãos.
4. Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	2. Cidadãos bem-educados e revolução de Competências, apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação.
3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.	3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos.
8. Promover crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. 9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e promover a inovação.	4. Economias transformadas.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável.	5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção.
14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	6. Economia azul / oceano para um crescimento económico acelerado.
6. Garantir a disponibilidade e o gerenciamento sustentável da água e saneamento para todos. 7. Garantir acesso á energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos. 13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos. 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	7. Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas.
NA	8. Estados Unidos da África (Federais ou Confederados).
NA	9. Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais.
NA	10. África com infraestruturas cruzadas de classe mundial.
NA	11. Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de direito bem estabelecidos.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	13. Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade.
NA	14. Uma África Estável e Pacífica
NA	15. Uma APSA totalmente funcional e operacional
NA	16. Renascimento Cultural Africano é preeminente.
5. Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas.	17. Plena Igualdade de Género em Todas as Esferas da Vida.
4. Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. 5. Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas.	18. Jovens e Crianças Envolvidos e Capacitados.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	19. África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica.
10. Reduzir a desigualdade dentro e entre países. 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	20. África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio Desenvolvimento.

Fonte: <https://au.int/en/agenda2063/sdgs>

Agenda 2030 & 2063

Estado dos Indicadores Estatísticos em Cabo Verde

Agenda 2030

8,3%	GLOBALIS
38,3%	PRODUZIDOS
53,4%	NÃO PRODUZIDOS



Agenda 2063

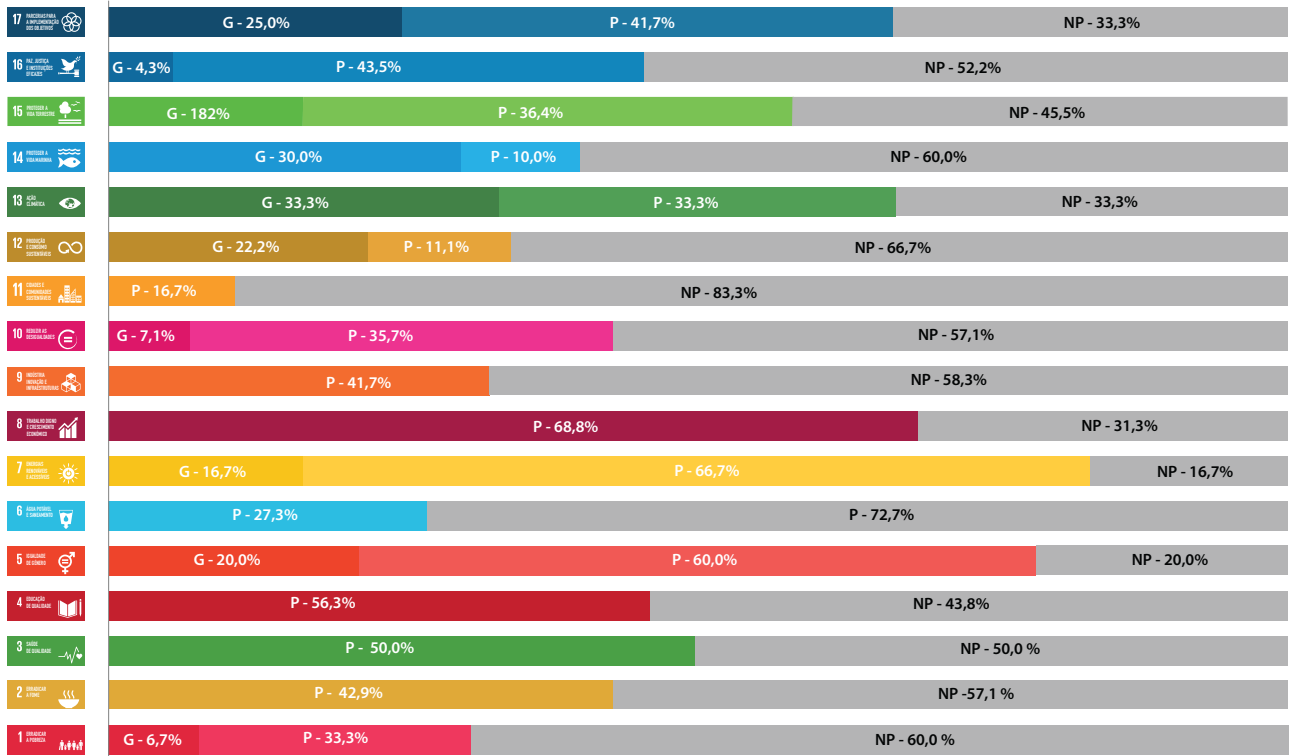
19,0%	REGIONAIS
67,2%	PRODUZIDOS
13,8%	NÃO PRODUZIDOS



Estado dos Indicadores Estatísticos em Cabo Verde



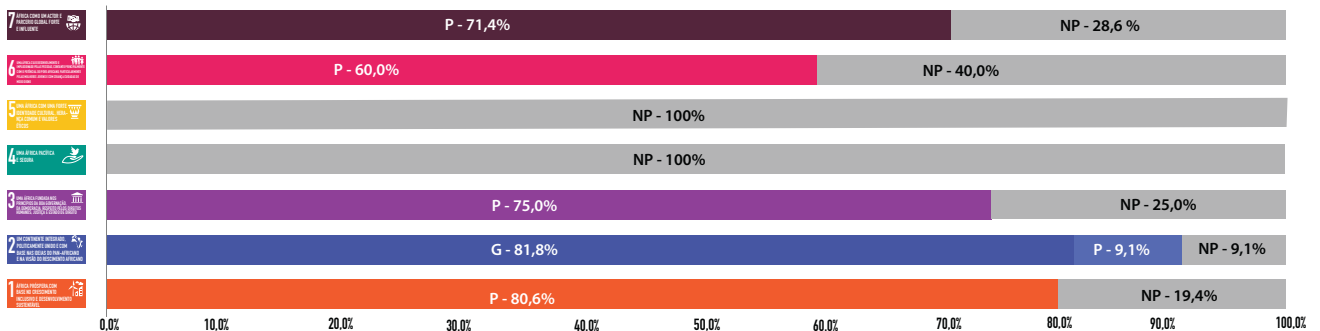
Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Estatística por Objetivo



G - Global **P** - Produzido **NP** - Não Produzido



Agenda 2063 para África



G - Global **P** - Produzido **NP** - Não Produzido



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Indicador 1.1.1. Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Estima-se que em 2020, 13,1% da população em Cabo Verde vivia abaixo da linha de pobreza internacional.

Tabela 1 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, grupo etário, situação perante a atividade económica e estatuto na migração (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
CABO VERDE	18,0	13,7	11,1	12,7	13,1
MEIO DE RESIDÊNCIA					
Urbano	8,1	7,3	5,9	7,2	8,2
Rural	25,4	27,2	21,9	24,0	24,3
SEXO					
Masculino	17,9	13,5	10,9	12,3	13,1
Feminino	18,1	14,0	11,2	13,1	13,2
GRUPO ETÁRIO					
0-4	28,0	21,4	15,7	18,2	22,9
5-9	26,3	19,3	15,1	17,4	18,7
10-14	24,5	21,6	18,2	20,3	19,8
15-24	18,9	15,8	12,8	14,2	14,4
25-34	14,2	10,3	8,7	10,7	11,8
35-64	13,7	9,5	7,9	9,0	8,0
65 OU MAIS	8,9	7,8	5,7	7,8	7,6
SITUAÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA					
Empregado	13,3	8,6	5,7	6,5	6,8
Desempregado	16,4	14,1	16,8	18,8	19,3
Inativo	16,0	15,8	13,1	15,6	14,0
ESTATUTO NA MIGRAÇÃO					
Não imigrante			11,3	13,0	13,4
Imigrante			3,5	4,2	3,9
DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR					
1-2 pessoas	0,4	0,5	0,4	0,8	0,0
3-4 pessoas	6,8	5,2	4,6	5,0	5,2
5-6 pessoas	18,2	16,9	12,6	18,0	15,2
7 pessoas ou mais					
	39,7	37,2	29,7	32,4	35,7

Fonte: INE – Estimação da pobreza



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade

Estima-se que em 2020, 31,7% da população em Cabo Verde vivia abaixo da linha de pobreza nacional.

Tabela 2 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, grupo etário, situação perante a atividade económica, e estatuto na migração (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
CABO VERDE	31,7	28,6	26,0	26,0	31,7
MEIO DE RESIDÊNCIA					
Urbano	22,4	22,4	20,0	19,9	25,8
Rural	38,7	41,5	38,7	38,5	44,9
SEXO					
Masculino	31,6	27,5	25,7	25,7	31,3
Feminino	31,8	29,7	26,3	26,3	32,1
GRUPO ETÁRIO					
0-4	42,7	42,0	35,7	36,9	49,3
5-9	41,9	38,5	32,9	34,0	41,5
10-14	41,1	40,8	37,5	36,7	45,8
15-24	34,3	33,8	30,5	28,0	34,3
25-34	26,3	22,0	21,3	24,2	29,1
35-64	26,2	21,3	20,1	19,4	22,6
65 OU MAIS	18,8	16,1	15,0	17,2	18,9
SITUAÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA					
Empregado	25,2	19,9	16,2	16,5	20,0
Desempregado	31,2	30,4	37,0	37,7	39,8
Inativo	30,0	31,6	29,7	29,4	33,9
ESTATUTO NA MIGRAÇÃO					
Não imigrante			26,4	26,3	32,2
Imigrante			11,1	15,4	14,3
DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR					
1-2 pessoas	2,7	2,4	2,7	2,8	2,1
3-4 pessoas	16,4	14,8	14,8	16,1	18,3
5-6 pessoas	34,5	37,9	32,2	35,9	39,4
7 pessoas ou mais	60,4	63,9	57,1	53,0	68,6

Fonte: INE – Estimação da Pobreza



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.2.2. Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, para as várias dimensões de análise

Tabela 3 – População de todas as idades, que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional (%)

	2019						2020					
	Cabo Verde		URBANO		RURAL		Cabo Verde		URBANO		RURAL	
	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE
Dimensão média	3,3	5,8	3,2	5,9	3,4	5,6	3,4	6,3	3,4	6,8	3,4	6,0
Dimensão do agregado												
1 - 2 pessoas	38,3	2,9	39,3	3,8	35,5	2,4	35,1	0,2	35,0	0,3	35,3	0,1
3 - 4 pessoas	38,8	23,3	38,4	16,6	40,2	27,5	40,9	26,7	41,4	26,4	39,4	26,9
5 - 6 pessoas	18,1	47,3	18,1	54,2	18,2	42,8	18,2	39,8	17,7	39,6	19,8	40,0
7+ pessoas	4,7	26,5	4,2	25,4	6,0	27,3	5,8	33,3	5,9	33,7	5,5	33,0
Composição do agregado (Nº médio)												
Crianças < 5 anos	0,3	0,7	0,3	0,7	0,2	0,8	0,3	1,0	0,3	1,3	0,3	0,8
Crianças < 14 anos	0,9	2,4	0,9	2,5	0,9	2,4	0,9	2,8	1,0	3,2	0,9	2,5
Crianças < 17 anos	1,0	2,7	1,0	2,8	1,0	2,7	1,1	3,1	1,1	3,6	1,0	2,7
Idosos 65 anos ou+	2,2	3,1	2,1	3,4	2,2	3,0	2,2	3,3	2,2	3,4	2,2	3,2
Ativos 15 - 64 anos	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3
Pessoas empregadas	1,3	1,0	1,3	1,2	1,2	1,0	1,2	1,0	1,2	1,0	1,1	1,0
Taxa de dependência*	54,7	104,1	53,2	97,4	59,2	108,4	56,9	131,8	55,9	148,0	59,7	120,7
Nº médio de anos de estudo máximo no agregado	10,5	8,6	11,0	8,5	9,2	8,7	10,6	8,8	11,1	8,8	9,3	8,9
Tipologia do agregado												
Unipessoal	18,5	0,0	18,8	0,0	17,7	0,0	17,2	0,0	17,0	0,0	17,9	0,0
Casais isolados	8,1	0,5	8,5	0,0	6,8	0,8	6,5	0,0	6,5	0,0	6,5	0,0
Casais isolados com filhos	20,9	23,5	20,8	11,9	21,2	30,5	23,6	19,4	23,7	18,4	23,6	20,0
Conjugais compósitos	13,8	35,5	13,9	47,2	13,6	28,4	12,9	30,7	13,3	24,3	11,5	35,1
Monoparental nuclear	17,6	10,5	18,3	13,9	15,8	8,4	18,2	18,0	18,7	26,0	17,1	12,4
Monoparental compósito	12,7	25,5	11,8	24,1	15,1	26,4	14,0	28,8	13,5	29,8	15,5	28,0
Agregados sem relação de parentesco	8,3	4,5	7,8	2,9	9,7	5,5	7,5	3,2	7,3	1,4%	8,0	4,5
Tipologia do agregado segundo existência ou não de crianças menores de 15 anos												
Unipessoal	18,5	0,0	18,8	0,0	17,7	0,0	17,2	0,0	17,0	0,0	17,9	0,0
Conjugais com crianças	29,1	56,8	29,6	58,8	27,9	55,5	31,1	48,3	31,6	42,4	29,4	52,5
Monoparentais com crianças	24,5	38,9	24,5	40,2	24,6	38,1	25,5	48,8	25,9	56,8	24,4	43,3
Agregados sem crianças	27,8	4,3	27,1	1,0	29,8	6,3	26,2	2,8	25,5	0,8	28,3	4,2

Fonte: INE – Estimação da pobreza



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

Cabo Verde tem vindo ao longo dos anos, a pautar-se por políticas de proteção social cada vez mais abrangentes, contribuindo para a redução das desigualdades, redução da pobreza extrema e um desenvolvimento sustentável, traduzindo num aumento da população coberta por pelo menos uma prestação de proteção social, nos últimos anos.

A cobertura efetiva da população, passou de 43,6% em 2016 (231 728 pessoas) para 51,4%, em 2020, ano em que 286 006 pessoas receberam pelo menos uma prestação pecuniária de proteção social, seja ela proveniente do sistema contributivo ou do regime não contributivo.

O nível da cobertura efetiva da população em Cabo Verde, está acima da média mundial, situando-se em 46,9% em 2020. A nível do continente africano, a cobertura efetiva foi estimada em 17,4%, sendo 13,7% na África Subsaariana (OIT, 2021).

A cobertura da proteção social é assegurada na sua grande maioria, 88% em 2020, por prestações de proteção social do regime contributivo. Pelo piso / regime de proteção social não contributivo, gerido pelo CNPS foram abrangidos 12% da população coberta com pelo menos uma prestação social.

À semelhança dos anos anteriores, em 2020, as mulheres apresentaram uma maior cobertura, com 54,6% cobertas por pelo menos uma prestação de proteção social, contra 48,1% dos homens.

Considerando o ano de 2020 e os tipos de proteção social, regista-se que:

- As prestações familiares ou por crianças a cargo, abrangeram cerca de 42,3% das crianças menores de 15 anos. A nível mundial a cobertura é estimada em 26,4% no mesmo período;
- As prestações pecuniárias na maternidade, foram concedidas a 23,1% das mães de recém-nascidos registados. A nível mundial, a proteção na maternidade é de 44,9%;
- As prestações por invalidez chegaram a 52,7% das pessoas com deficiência grave. A nível mundial, esta cobertura é de 33,5%;



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



- A prestação de desemprego, recentemente instituída (2018), beneficiou 7,3% do total dos desempregados a nível nacional. A nível mundial, estima-se que 18,6% dos desempregados beneficiaram de uma proteção pela perda de emprego involuntário. E;
- Cerca de 69,8% da população idosa com 60 anos ou mais, beneficiou de pelo menos uma prestação pecuniária (velhice, invalidez ou sobrevivência). A nível mundial este indicador é de 77,5%.

Figura 1 – Cobertura efetiva da proteção social por sexo e por tipo de proteção. Cabo Verde, 2020

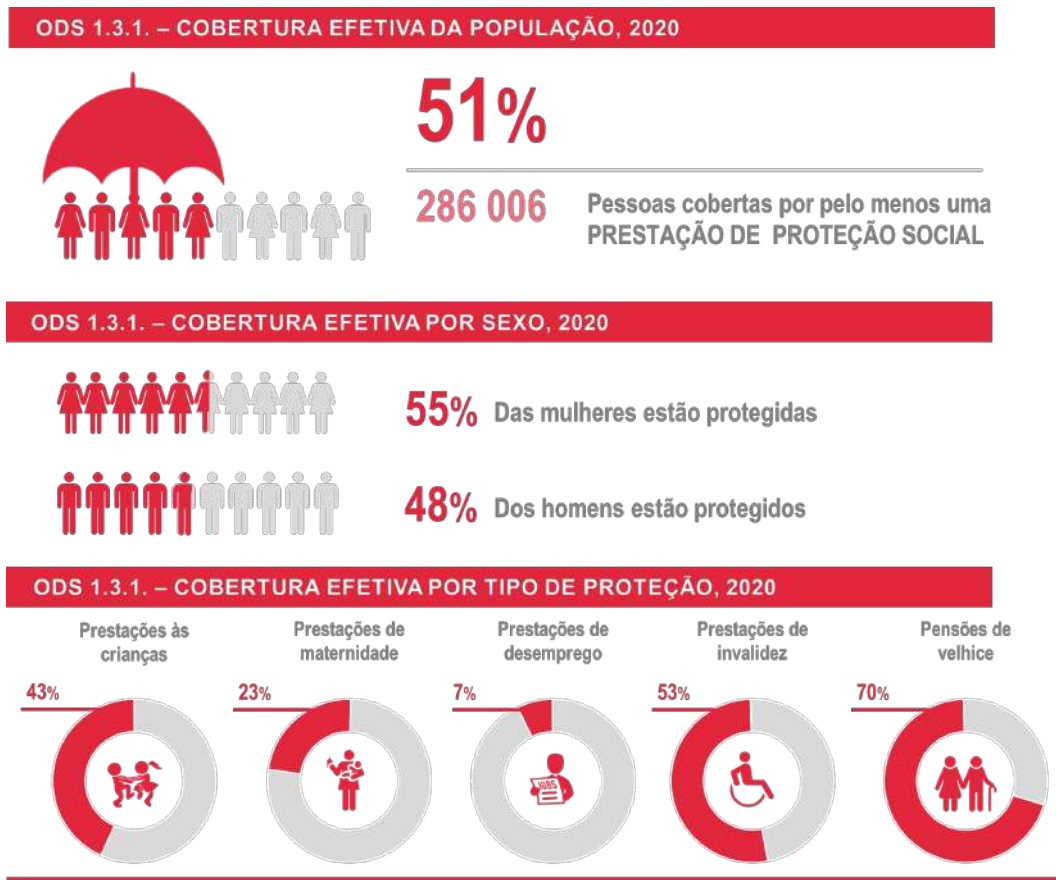
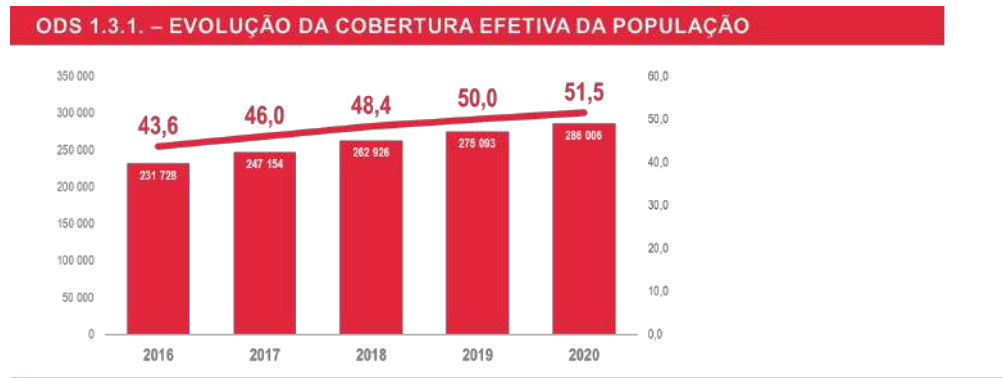


Figura 2 – Evolução da cobertura efetiva da proteção social. Cabo Verde, 2016-2020



Fontes: INE / CNPS/ INPS / BCV / MF. Cabo Verde, 2016-2020



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



ODS 1.3.1. – COBERTURA EFETIVA DA POPULAÇÃO

Proporção da população a receber pelo menos uma prestação de proteção social (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO A RECEBER PELO MENOS UMA PRESTAÇÃO SOCIAL (%)					
Total	43,6	46,0	48,4	50,0	51,4
Masculino	43,4	45,3	46,9	48,5	48,4
Feminino	43,9	46,8	49,9	51,6	54,6
REGIME CONTRIBUTIVO (%)					
Total	39,6	42,0	44,0	45,8	45,1
Masculino	40,2	42,1	44,2	45,8	45,2
Feminino	39,0	41,8	43,8	45,7	45,1
REGIME NÃO CONTRIBUTIVO (%)					
Total	4,0	4,1	4,4	4,3	6,3
Masculino	3,2	3,2	2,7	2,7	3,2
Feminino	4,9	4,9	6,0	5,9	9,5

Fontes: INE / INPS / CNPS / BCV / MF, CABO VERDE, 2016-2020

ODS 1.3.1. – COBERTURA EFETIVA DAS CRIANÇAS 0-14 ANOS

Proporção de crianças, 0-14 anos, a receber prestações familiares ou para crianças (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	32,9	35,6	38,8	41,5	42,3
Masculino	29,5	31,9	34,6	36,3	37,1
Feminino	36,5	39,7	43,4	47,4	48,1
REGIME CONTRIBUTIVO	32,7	35,5	38,7	41,3	42,1
REGIME NÃO CONTRIBUTIVO	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2

ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA NA MATERNIDADE

	2016	2017	2018	2019	2020
Proporção das mulheres que deram à luz no ano de referência, a receber uma prestação em dinheiro por maternidade (%)	13,1	15,9	19,7	23,0	23,1

Fontes: INPS / INE. Cabo Verde, 2016-2020

- 1) Informações provisórias: Ano 2018 atualizado face aos dados publicados no Relatório Estatísticas Vitais 2006-2018 e 2019- 2020, são provisórias

ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA NO DESEMPREGO

Proporção do total de desempregados (15-64 anos) a beneficiar de subsídio de desemprego (%)

	2018	2019	2020
Total	0,9	3,3	7,3
Feminino	0,7	3,4	7,1
Masculino	1,1	3,3	7,5

Fontes: INPS / INE, Cabo Verde, 2018-2020



1 ERRADICAR A POBREZA

Erradicar a pobreza em todas as suas formas,
em todos os lugares



ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA NA INVALIDEZ ESTIMATIVA)

	2016	2017	2018	2019	2020
Proporção de pessoas com incapacidade/deficiência severa a receber prestação em dinheiro por invalidez (nos regimes contributivos e não contributivos) ¹ (%)	51,8	50,6	45,3	52,4	52,7

Fontes: INE/INPS/CNPS, 2016-2020

ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA DA POPULAÇÃO IDOSA

Proporção da população de 60 anos ou mais a receber uma prestação de proteção social (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	70,9	72,3	72,6	66,3	69,8
Masculino	80,7	85,4	70,8	64,2	65,8
Feminino	64,5	64,3	73,7	67,8	72,7
COBERTURA PELO REGIME CONTRIBUTIVO					
Total	33,2	34,6	35,0	33,0	34,9
Masculino	43,8	46,9	45,0	39,7	40,8
Feminino	26,2	27,0	28,4	28,2	30,5
COBERTURA PELO REGIME NÃO CONTRIBUTIVO					
Total	37,7	37,7	37,5	33,3	34,9
Masculino	36,8	38,4	25,8	24,5	25,0
Feminino	38,3	37,3	45,3	39,6	42,2

Fontes: INPS / CNPS / BCV / INE. Cabo Verde, 2020

1.4.1 Proporção da população residente que habita em alojamentos com acesso a serviços básicos (%)

	Ambos os sexos	Masculino	Feminino
Cabo Verde	55,7	54,6	56,8
Meio de residência			
Urbano	48,5	47,3	49,6
Rural	7,2	7,3	7,2

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 2021

¹ Valor estimado com base na proporção do Censo 2010, que era de 1,9% da população total



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



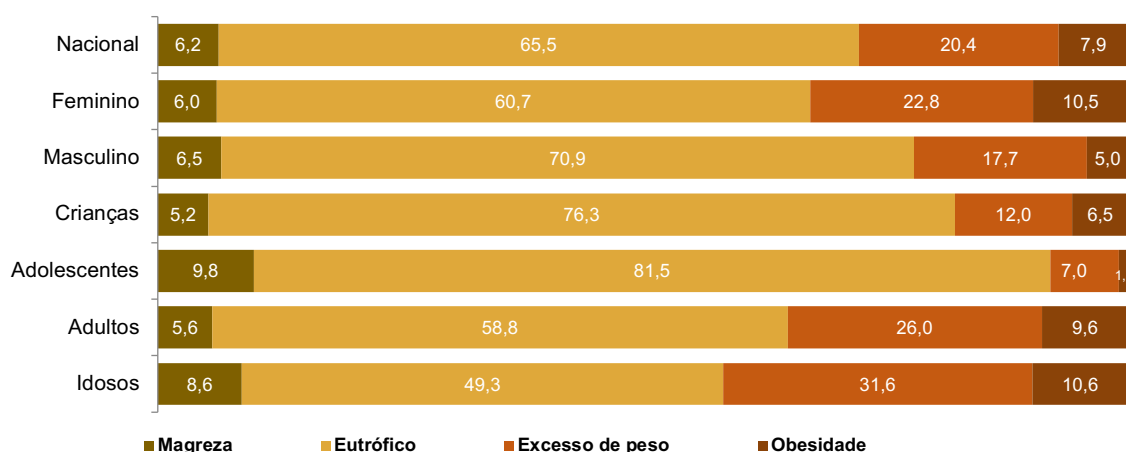
ODS 2 – ERRADICAR A FOME

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Indicador 2.1.1. Prevalência da subnutrição

Como *proxy* para este indicador, a análise do estado nutricional da população cabo-verdiana permite avaliar o nível da prevalência da subnutrição, assim como, do excesso de peso e obesidade, consequências de estilos de vida sedentários e alimentação desadequada. Em 2015, os resultados do IDRF estimaram que cerca de 6,2% da população apresentava estado de magreza, 20,4% excesso de peso e 7,9% obesidade.

Gráfico 1 - Estado Nutricional² da população Cabo-verdiana em % (2015)



Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015

Indicador 2.1.2. Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO)

Tabela 4 - Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave (%)

	2018	2019	2020	2021
Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave	37,70%	33,80%	36,00%	38,60%
Prevalência de insegurança alimentar grave	9,60%	6,60%	3,80%	6,10%

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

² Nota: (1) A classificação do IMC (Índice de Massa Corporal) segundo a OMS (utilizou-se o z-score de IMC nos indivíduos com idades compreendidas [0 aos 19] anos e classificação do IMC para adultos para os indivíduos com idades superiores a 19 anos); Faixa etária: Crianças (≤11 anos de idade); Adolescentes (12 aos 17 anos de idade); Adultos (18 aos 64 anos de idade); Idosos (≥65 anos de idade);



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Indicador 2.2.1. Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.

Em 2019, registou-se uma prevalência de desnutrição crónica de 13,8% nas crianças menores de 5 anos (59 meses), sendo 14,2% nas do sexo feminino e 13,3% nas do masculino. O atraso de crescimento é mais acentuado nos primeiros 23 meses (15,9%) e comparativamente ao meio de residência, é notória a diferença de 4,1% entre urbano e rural.

Tabela 5 - Prevalência de atraso no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (%)

	2015	2018	2019
TOTAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS (59 MESES)			
Desnutrição crónica	11,8	11,0	13,8^P
GRUPO DE IDADE			
< 24	15,7	13,3	15,9^P
≥ 24	9,7	9,4	12,2^P
SEXO			
♀ Feminino	9,8	11,9	14,2^P
♂ Masculino	13,6	10,1	13,3^P
MEIO RESIDÊNCIA			
Urbano	11,3	10,5	15,3^P
Rural	11,2	12,0	11,2^P

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018-2019)

Indicador 2.2.2. Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)

Tabela 6 - Prevalência de desnutrição aguda e pré-obesidade nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (%)

	2015	2018	2019	2015	2018	2019
TOTAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS (59 MESES)						
	PRÉ-OBSIDADE			DESNUTRIÇÃO AGUDA		
	8,90%	6,00%	5,90%	3,00%	4,40%	5,9%
GRUPO DE IDADE						
< 24	15,9*%	7,70%	5,70%	0,037	2,10%	6,60%
≥ 24	5,00%	5,00%	5,80%	2,70%	6,00%	5,30%
SEXO						
♀ Feminino	7,80%	5,20%	5,90%	3,00%	2,30%	5,10%
♂ Masculino	9,80%	6,80%	5,80%	3,10%	6,40%	6,80%
MEIO RESIDÊNCIA						
Urbano	8,20%	5,90%	6,80%	3,10%	4,90%	7,40%
Rural	10,8*%	6,30%	4,30%	0,033	3,50%	3,40%

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018-2019)



2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Indicador 2.2.3. Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo o estado de gravidez

Tabela 7- Percentagem de mulheres de 15-49 anos consideradas anémicas, segundo a situação perante a gravidez

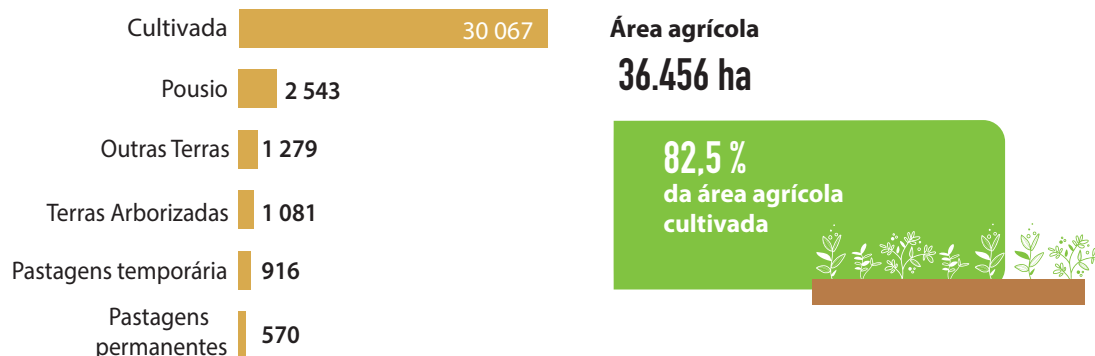
Caraterísticas sociodemográficas	Anemia segundo o nível de hemoglobina				Efetivo de mulheres
	Anemia (NG <12.0 g/dl / G <11.0 g/dl)	Ligeira (NG 11.0-11.9 g/dl / G 10.0-10.9 g/dl)	Moderada (NG 8.0-10.9 g/dl / G 7.0-9.9 g/dl)	Severa (NG < 8.0 g/dl / G < 7.0 g/dl)	
Grávida	22.5	11.7	10.8	0.0	116
Amamentando	17.0	10.2	6.8	0.0	266
Nem um, nem outro	21.0	12.8	7.8	0.4	2,326
Total	20.6	12.5	7.8	0.3	2,708

Fonte: INE, III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva (III DSR) (2018)

Indicador 2.4.1. Proporção da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) afeta a práticas agrícolas produtivas e sustentáveis

Em 2015, segundo os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura, em Cabo Verde havia 36.456 ha de área agrícola, da qual 82,5% eram cultivadas.

Gráfico 2 – Área/Superfície agrícola, por tipo de utilização



Fonte: MAA – V Recenseamento Geral da Agricultura 2015



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

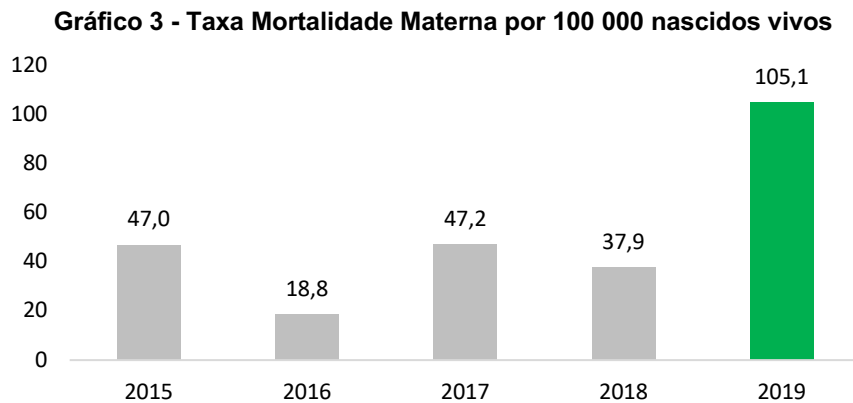


ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascidos vivos

A taxa de mortalidade materna, no período em análise, conheceu uma oscilação acentuada, como se pode constatar no Gráfico 10, sendo considerado um indicador volátil se tivermos em conta o número de óbitos maternos que lhe está subjacente. Em 2019, a taxa foi de 105,1 por 100 000 nascidos vivos, valor mais alto registado desde 2015, que foi de 47,0 por 100 000 nascidos vivos.

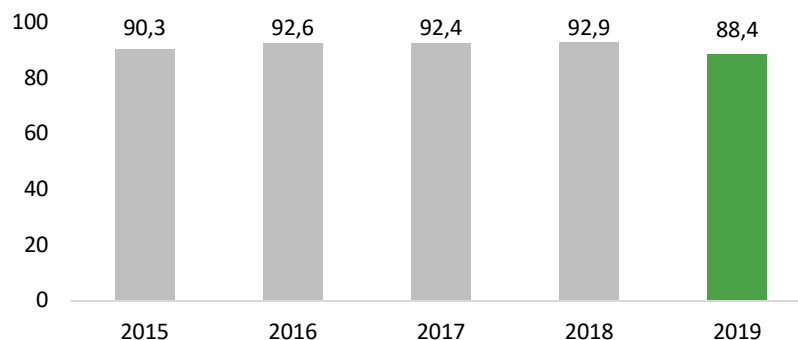


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

De acordo com as estimativas do Ministério da Saúde, a proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde foi de 88,4% em 2019. Regista-se uma diminuição significativa de 4,5 p.p. face ao ano de 2018 (92,9%), depois de um período de crescimento da proporção de nascimentos assistidos por profissionais de saúde.

Gráfico 4 - Proporção de nascimentos (nados vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado - médicos e enfermeiros



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2019



3 SAÚDE DE QUALIDADE

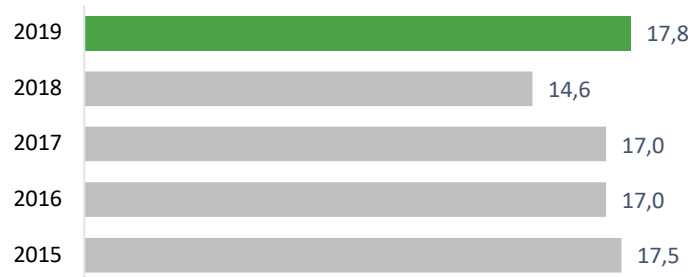
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

A taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos registou uma diminuição ao longo da série dos últimos quatro anos e apresenta valores abaixo dos fixados para a meta de 2030 (de para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos). Em 2019, registou um aumento. De 14,6 em 2018, passou para 17,8 por 1.000 nascidos vivos.

Gráfico 5 - Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1 000 nados-vivos

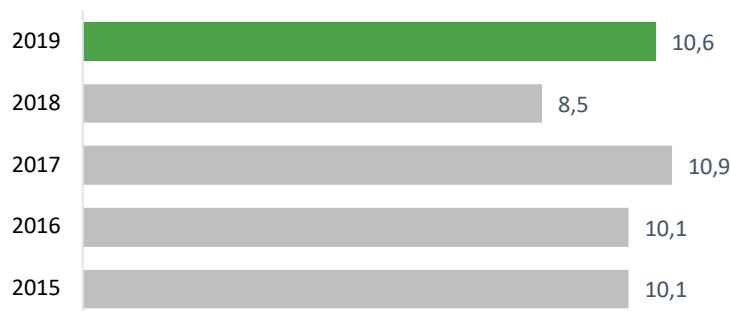


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1 000 nados-vivos

A taxa de mortalidade neonatal, ou seja, o número de óbitos de crianças entre 0 e 27 dias por cada mil nascidos vivos, apresentou uma diminuição de 2015 a 2018, apresentando, valores abaixo da meta fixada para 2030 (de 12 por 1 000 nados-vivos). Em 2019, registou-se um aumento, com uma taxa de mortalidade neonatal de 10,6 por 1 000 nados-vivos.

Gráfico 6 - Taxa de Mortalidade Neonatal por 1 000 nados-vivos



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2019



3 SAÚDE DE QUALIDADE

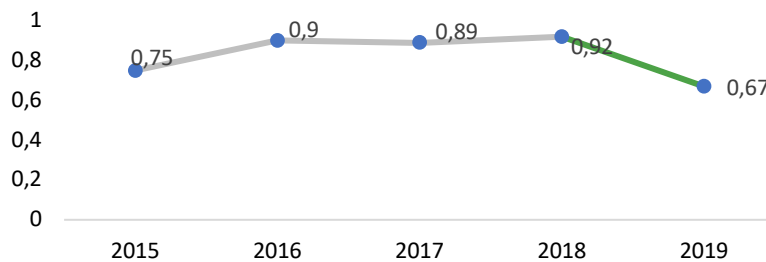
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Em 2019, o número de novos casos de HIV representou uma taxa de 0,67 por 1 000 habitantes, sendo o valor mais baixo da série.

Gráfico 7 - Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes

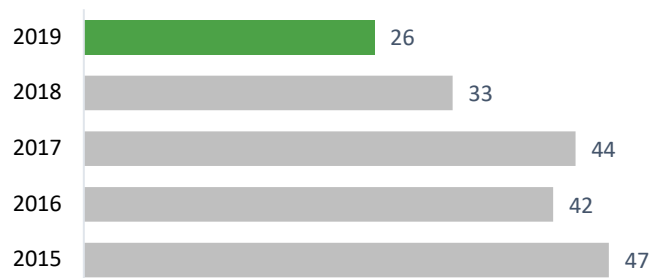


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes

Em 2019, registou-se uma taxa de incidência de 26 novos casos por 100 000 habitantes, inferior aos registados nos últimos cinco anos.

Gráfico 8 – Taxa de incidência da tuberculose por 100 000 habitantes

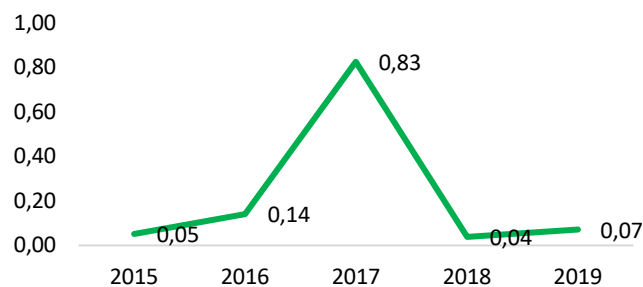


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

Em 2019, a taxa de incidência de malária em Cabo verde foi de 0,07 por 1000 habitantes.

Gráfico 16 - Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3 SAÚDE DE QUALIDADE

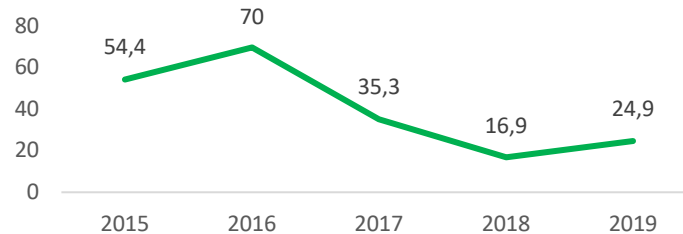
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 000 habitantes

A taxa de incidência de Hepatite B vem registando de 2016 a 2018 uma diminuição acentuada, tendo em 2019 sofrido um ligeiro aumento de 16,9 em 2018 para 24,9 em 2019.

Gráfico 17 - Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes *mellitus* e doenças crónicas respiratórias.

No que diz respeito a este indicador, só se apresentam os dados de 2019. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 157,9 por 100 000 habitantes, sendo superior entre as mulheres (174,1) comparativamente aos homens (141,9). Como segunda causa de morte, encontram-se as afeções respiratórias, com 74,3 por 100 000 habitantes. Os tumores ou neoplasias são a terceira causa de morte, correspondente a 61,2 por 100 000 habitantes em 2019.

Tabela 8 - Óbitos e Taxa de Mortalidade Geral, segundo género, por principais causas da mortalidade (2019)

Causas de óbito	CID	Total		Masculino		Feminino	
		Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	869	157,9	394	141,9	475	174,1
Afeções Respiratórias	J00-J99	409	74,3	220	79,2	189	69,3
Tumores ou neoplasias	C00-D48	337	61,2	197	70,9	140	51,3
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	299	54,3	149	53,7	150	55,0
Sintomas mal definidos	R00-R99	201	36,5	101	36,4	100	36,7
Causas externas	V01-Y98	105	19,1	93	33,5	12	4,4
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	108	19,6	93	33,5	15	5,5
Afeções perinatais	P00-P96	102	18,5	55	19,8	47	17,2
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	102	18,5	60	21,6	42	15,4
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	96	17,4	58	20,9	38	13,9
D. do aparelho génito urinário	N00-N99	37	6,7	18	6,5	19	7,0
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	24	4,4	24	8,6	0	0,0
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	30	5,4	19	6,8	11	4,0
Malformações congénitas	Q00-Q99	26	4,7	15	5,4	11	4,0
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	5	0,9	1	0,4	4	1,5
Gravidez, Parto e puerpério	O00-O99	11	4,0			11	4,0
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	10	1,8	5	1,8	5	1,8
D. sistema oste muscular e tecido conjuntivo	M00-M99	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3 SAÚDE DE QUALIDADE

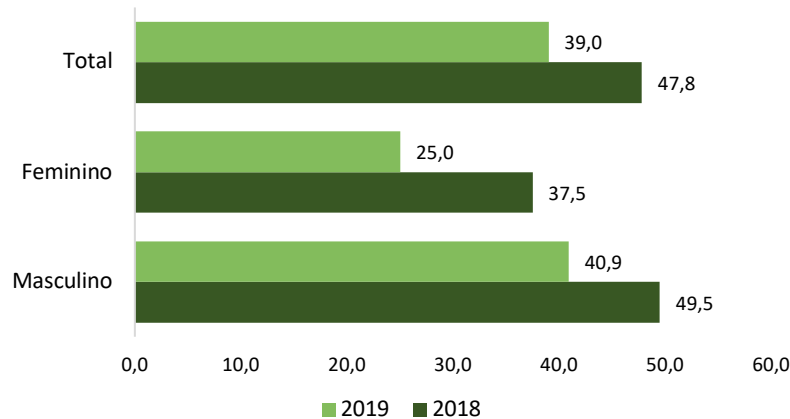
Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Indicador 3.4.2. Taxa de mortalidade por lesões auto provocadas intencionalmente (suicídio)

A taxa de mortalidade por lesões auto provocadas intencionalmente diminuiu de 2018 para 2019. Em 2019, a taxa situou-se em 39,0%. Relativamente a 2018, foi de 47,8%.

Gráfico 11 - Taxa de mortalidade por lesões auto provocadas intencionalmente (suicídio)

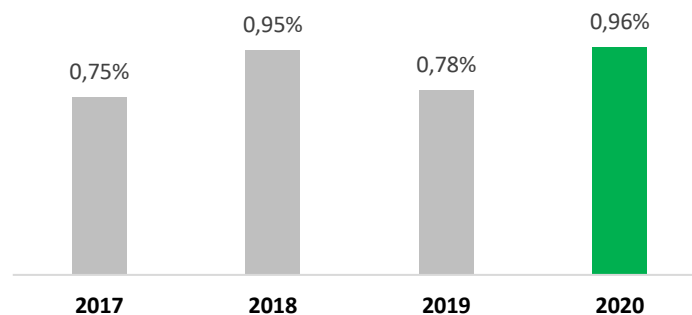


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.6.1. Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

A taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, entre 2017 e 2020, tem vindo a sofrer variações entre 0,75% e aproximadamente 1%.

Gráfico 12 - Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários



Fonte: MAI, MS, INE

Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos

Em 2018, a utilização da contraceção moderna nas mulheres, foi de 54,6%. No que concerne à esterilização feminina, esta situou-se em 8,4%, a utilização de preservativo masculino, em 5,4%, o uso da pílula, em 20,9%, a percentagem de utilizadoras de injeções, em 14,8%, e a utilização do implante, 2,7%.



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



De acordo com a tabela que se segue, para os métodos tradicionais, o nível de utilização foi de apenas 1,1% em 2018. A percentagem de utilização do “coito interrompido” e da “abstinência periódica”, foram de 0,5% cada uma.

Tabela 9 – Proporção (%) de mulheres sexualmente ativas, com idade dos 15-49 anos, que usam um método contraceptivo moderno

Método	2018
Método moderno	43,0
Pílula	16,2
Esterilização feminina	4,5
Injeções	10,2
Preservativo Masculino	8,6
DIU	1,1
Implante	2,1
Outro tradicional	0,1

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Indicador 3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários.

De acordo com as estatísticas vitais, o número de nados-vivos de mães jovem adolescente, de 15-19 anos, tem vindo a descer ao longo dos anos, desde 2016, ano em que se registou 67,8 nados-vivos registados por cada 1 000 jovens 15-19 anos. Em 2019, registou-se 55,0 nados-vivos por cada 1 000 jovens. Em 2020, registou-se 44 nados-vivos por cada 1000 jovens de 15-19 anos.

Tabela 10 – Nados vivos registados por cada 1 000 jovens adolescentes, 15-19 anos

Anos	Nados vivos
2015	65,1
2016	67,8
2017	64,1
2018	60,1
2019	55,0
2020	44,3

12%

Mulheres, jovens adolescente, 15-19 anos declararam ter um filho (nado-vivo) – IDSR 2018

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Segundo os dados do terceiro Inquérito demográfico e de saúde reprodutiva (IDSR III), realizado em 2018, a proporção das adolescentes do grupo etário de 15-19 anos que declararam já ter um filho (nado vivo), no momento do inquérito, foi de 12%. De acordo com a tabela 11, em 2018, 4,2% de jovens entre 15 a 19 anos declararam que já estavam grávidas do primeiro filho, no momento do inquérito.



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Da tabela 11 nota-se que 4,2% das jovens dos 15 aos 19 anos estavam grávidas do primeiro filho no momento do inquérito, com um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2005. Salienta-se, particularmente, uma maior proporção das jovens grávidas a partir dos 17 anos, sendo mais acentuada nas meninas de 18 anos de idade (7,3%). em 2018

Tabela 11 - Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam estar grávidas do 1º filho, no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	3,7	4,2
19 anos	5,5	4,8
18 anos	5,0	7,3
17 anos	5,2	5,4
16 anos	1,8	1,6
15 anos	1,8	1,7

Fonte: INE - III Inquérito Demográfico e Saúde Reprodutiva

Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

A taxa de cobertura das consultas pré-natal, em 2019, registou um acréscimo, comparativamente ao ano de 2015, de 81,5% para 86,5% em 2019. Em relação a média das consultas de pré-natal, registou uma ligeira subida, passando de 4,5%, em 2015, para 4,6%, em 2019, portanto, com um aumento 0.1 pontos percentuais. No que diz respeito às consultas pós-parto também registou um aumento em 2019 comparativamente a 2015, de 33,0% para 56,5%, respetivamente.

Tabela 12 - Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto, por enfermeiros

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2015	81,5	4,5	33,0
2016	87,1	4,7	45,9
2017	89,5	4,9	46,5
2018	84,6	4,6	51,6
2019	86,5	4,6	56,5

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018



3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



A taxa de cobertura de consultas de crianças menores de 1 ano passou de 101,2%, em 2015, para 88,6%, em 2019. Quanto à média de consultas, entre 2015 e 2019, situou-se em 10 consultas por crianças.

Tabela 13 - Consultas de crianças menores de 1 ano

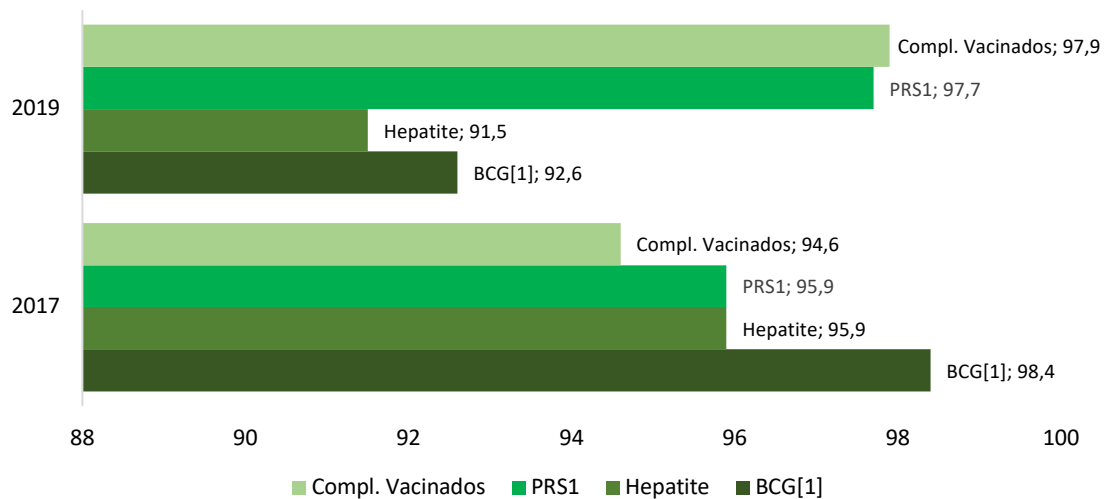
	Consultas de Crianças < 1 ano	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas
2015	101,2	10,4
2016	94,8	10,0
2017	93,6	10,4
2018	86,9	10,2
2019	88,6	10,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 201

Indicador 3.b.1. Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação.

Em 2019, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano) completamente vacinadas foi de 97,9%. Relativamente à vacina BCG, a taxa de cobertura foi de 92,6%.

Gráfico 13 - Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



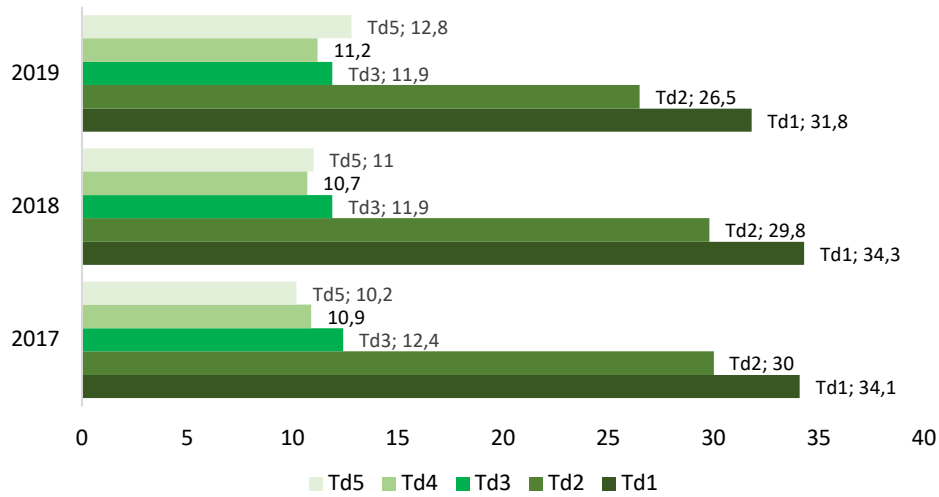
3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente de a mulher estar grávida. O Gráfico 14 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas entre 2017 a 2019.

Gráfico 14 - Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina de tétano e difteria



Fonte: SAISCAMH/SVIRE/DNS/MSSS



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em apreço, tendo o valor mais elevado sido registado no sexo masculino (90,7%), em 2015/16, e o mais baixo, em 2018/19, também no mesmo sexo, situando-se nos 82,4%.

Tabela 14 - Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

Sexo	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Masculino	87,7	90,7	86,2	82,8	82,4
Feminino	84,7	89,4	88,9	84,6	84,2

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).

Tabela 15 - Proporção da população com competências em utilização das TIC por tipo de competências (2018 - 2019)

	2018			2019 *		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Copiar ou mover ficheiros/ pastas	78,7	78,4	79,1	88,0	88,5	87,6
Utilizar comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação	69,8	68,3	71,3	83,5	84,2	82,6
Enviar emails com arquivos anexados	-	-	-	62,8	64,1	61,3
Transferir ficheiros entre computadores ou outros dispositivos	63,5	67,8	58,8	56,6	60,6	52,1
Utilizar fórmulas de operação matemáticas numa folha de cálculo (ex.: Excel)	40,7	42,1	39,2	48,7	48,6	48,8
Criar apresentações eletrónicas	32,4	32,6	32,2	42,7	43,8	41,4
Compactar ou zipar ficheiros	32,8	35,6	29,8	39,6	42,8	36,0
Instalar e ligar hardware (Impressora, modem, camaras)	24,0	29,2	18,5	28,9	34,9	22,1
Localizar, baixar, instalar e configurar software	-	-	-	22,1	29,9	13,3
Instalar ou substituir um sistema operativo (ex.: Windows)	13,4	18,1	8,4	14,4	19,4	8,9
Criar programa informático utilizando linguagem de programação	9,1	12,2	5,8	12,9	15,4	10,2
Outra atividade que considere relevante	14,0	16,9	10,8	4,7	5,3	4,0

* 4 trimestre de 2019

Fonte: INE, IMC - Acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação



De acordo com os resultados do Inquérito Multi-Objectivo Contínuo, realizado no 4º trimestre de 2019, 88% da população residente referiu ter copiado ou movido ficheiros ou pastas, 83,5% utilizou os comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação, representando assim, uma percentagem bastante expressiva da população com mais competências em termos de utilização das TIC. A percentagem mais baixa verificou-se na população com competências para instalar ou substituir um sistema operativo e criar programa informático utilizando linguagem de programação, 14,4% e 12,9% respetivamente.

Indicador 4.5.1. Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

Em relação à paridade da escolarização no ensino básico, pode-se constatar que a participação dos rapazes nos anos em análise foi sempre superior à das meninas. Em 2019/2020, para cada 100 rapazes escolarizados, existiam 92 meninas também escolarizadas.

Tabela 16 – Índice de paridade (meninas/rapazes) da Taxa Bruta de Escolarização

Índice de paridade da Taxa Bruta de Escolarização	
2015/16	0,92
2016/17	0,92
2017/18	0,91
2018/19	0,93
2019/20	0,98

Fonte: Ministério da Educação

O índice de paridade no acesso variou entre 0,95 e 1,00 no período em análise. Esta variação traduz-se em pequenas diferenças no acesso ao ensino básico em favor dos rapazes, com exceção ao ano letivo 2017/18 e 2019/20, em que o acesso é igual entre meninas e rapazes.

Tabela 17- Índice de paridade (meninas/rapazes) da taxa bruta de Admissão

Período	Índice de paridade na taxa bruta de Admissão
2014/15	0,96
2015/16	0,96
2016/17	0,95
2017/18	1,00
2018/19	0,99
2019/20	1,00

Fonte: Ministério da Educação



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).

Segundo dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade, em 2019, foi de 84,3%. Regista-se que 32,2% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos. No entanto, apenas 18,0% têm internet para o mesmo fim. Quanto a escolas com instalações sanitárias, observa-se que 99% possuem-nas e 97,0% têm acesso a água potável.

Tabela 18 - Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias

Indicadores	2016	2017	2018	2019
Escolas com eletricidade	73,4	76,5	79,3	84,3
Escolas com internet para fins pedagógicos	-	9,5	15,9	18,0
Escolas com computadores para fins pedagógicos	-	40,8	42,0	32,2
Escolas com acesso à água potável	94,8	97,1	98,8	97,0
Escolas com instalações sanitárias	97,2	98,5	97,8	99,0

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.

Da análise da tabela 19, constata-se que a maioria dos professores possui formação para lecionar nos ensinos básico e secundário. Nota-se um aumento contínuo de docentes formados nesses dois níveis, passando, respetivamente, de 97,1 e 88,7%, em 2014/15, para 97,3 e 97,0%, em 2018/19, traduzido num aumento de 0,2 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 8,3 pontos percentuais do secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar, cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis, tendo o período ficado marcado por decréscimos contínuos nos últimos anos letivos, pese embora um ligeiro aumento (1,6%) em 2018/19.



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Tabela 19- Professores com formação (%)

	Nível de instrução		
	Educação pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/15	39,4	97,1	88,7
2015/16	30,4	97,6	90,3
2016/17	29,5	98,7	91,6
2017/18	29,6	97,4	98,5
2018/19	31,2	97,3	97,0

Fonte: Ministério da Educação



5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas



ODS 5 – IGUALDADE DO GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas.

Indicador 5.1.1. Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no gênero.

O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no do seu exercício efetivo, quer ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, dão um tratamento afirmativo às mulheres. De salientar que o Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada em vigor dos princípios da CEDAO na ordem jurídica interna, assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres. O Instituto Nacional para a Igualdade de Género (ICIEG) e as organizações não governamentais femininas são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respetivo à autonomia das mulheres e igualdade de género.

Indicador 5.2.1. Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade.

Tabela 20 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos, atualmente em união ou separadas/divorciadas/viúvas, que sofreram violências emocional, física ou sexual, cometidas por qualquer marido/parceiro, nos últimos 12 meses antes do inquérito

Caraterísticas sociodemográficas	Violência emocional	Violência física	Violência sexual	Física e sexual	Física e sexual e emocional	Física ou sexual	Física ou sexual ou emocional	Efetivo de mulheres em união ou em rotura de união
Idade								
15-19	(21,8)	(23,1)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(23,1)	(24,4)	24
20-24	11,8	8,0	3,6	2,5	2,5	9,1	14,6	142
25-29	12,1	13,4	1,4	1,1	0,5	13,7	17,2	255
30-39	14,6	15,4	4,3	3,7	3,6	15,9	19,3	476
40-49	15,3	13,6	4,8	3,6	3,2	14,8	19,1	398
Meio de residência								
Urbano	15,1	15,2	3,9	3,2	2,8	15,9	19,9	956
Rural	11,5	9,7	3,3	2,5	2,5	10,5	14,1	339
Total	14,1	13,8	3,7	3,0	2,7	14,5	18,4	1,295

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Nota1: As percentagens entre parênteses baseiam-se em 25-49 casos não ponderados

Nota2: Qualquer marido ou parceiro. Inclui os atuais e os anteriores



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.2.2. Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.

A tabela 21 apresenta a proporção de mulheres e meninas que já sofreram diferentes formas de violência, por faixa etária. Em relação à violência física e sexual, é de realçar que há maior ocorrência desse tipo de violência na faixa etária dos 40-49 anos, com 4,9%.

Tabela 21 - Percentagem de mulheres de 15-49 anos que já sofreram diferentes formas de violência, por idade atual

Idade	Apenas violência física	Apenas violência sexual	Violência física e sexual	Violência física ou sexual	Efetivo de mulheres
15-19	1,8	2,0	0,1	3,9	365
15-17	1,3	1,2	0,0	2,5	230
18-19	2,7	3,3	0,1	6,2	135
20-24	3,8	2,2	1,5	7,6	428
25-29	9,5	2,7	1,2	13,4	446
30-39	12,5	5,4	3,9	21,9	624
40-49	10,8	2,9	4,9	18,6	492
Total	8.4	3,3	2,6	14.2	2,355

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Indicador 5.3.1. Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos, que casaram ou viveram em união de facto, antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

Tabela 22 - Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez até aos 15, 18, 20, 22, 25 anos, e idade mediana na primeira união, por grupos etários

Grupo etário	Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez antes das idades específicas de:					Percentagem de solteiras (os)	Efetivo	Idade mediana na 1ª união
	15	18	20	22	25			
15-19	0,4	na	na	na	na	92,8	989	a
20-24	1,8	8,4	18,0	na	na	68,4	961	a
25-29	1,9	11,2	20,3	30,8	44,6	48,1	941	a
30-34	3,0	15,4	25,8	32,6	46,1	27,5	763	25,8
35-39	2,1	14,5	27,5	36,5	49,8	18,7	620	25,1
40-44	3,5	14,8	26,8	39,6	49,9	21,1	572	25,0
45-49	2,3	14,0	24,3	36,3	46,2	19,5	506	26,1

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Indicador 5.5.1. Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) nos governos locais.

A participação efetiva das mulheres na política cabo-verdiana (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2016. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 19,8 p.p., entre 1991 e 2016, passando de 3,8% a 23,6%.

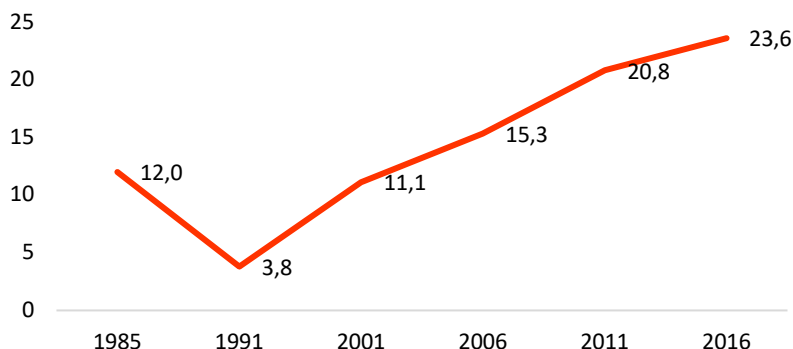


5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Gráfico 15 - Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional



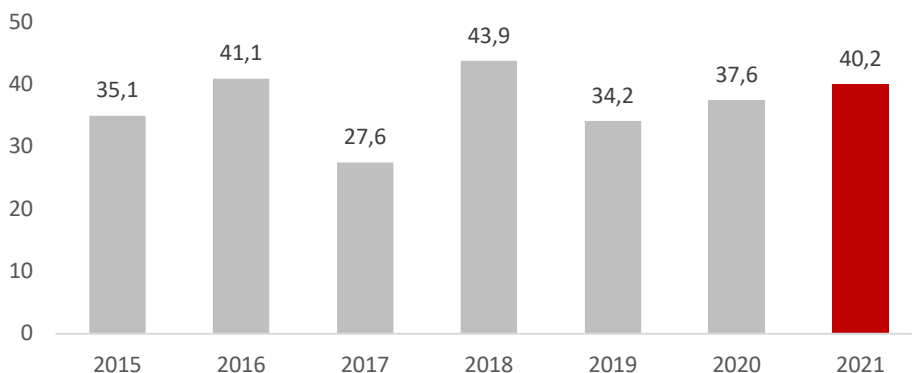
Fonte: Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género

Em relação aos assentos ocupados por mulheres nos governos locais (câmaras municipais e assembleias municipais) foram facultados somente dados referentes ao ano de 2016, 26,3%.

Indicador 5.5.2. Proporção de mulheres em cargos de chefia

A proporção de mulheres que exercem funções de chefia tem vindo a oscilar ao longo dos anos. Em 2021, segundo dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, 40,2% de mulheres ocupavam cargos de gestão, nomeadamente representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais, e diretores de produção e serviços especializados. Desses 41,0% encontravam-se no meio urbano e 31,7% no meio rural.

Gráfico 16 – Proporção de Mulheres que ocupam cargos de gestão⁵



Fonte: INE – IMC, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho 2015-2020; RGPH - 2021



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.a.1. (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo.

Em 2015, os proprietários ou com direitos de posse das terras agrícolas representavam 18,6% da população agrícola. Em relação ao género, as mulheres proprietárias representavam 16,7% do universo de mulheres agricultoras, enquanto os homens representavam 20,6%.

Tabela 23 - Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas - 2015

Sexo	%
Masculino	20,6
Feminino	16,7
Total	18,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Em 2015, Cabo Verde tinha 33 897 proprietários/chefes de exploração agrícola, dos quais 15 494 eram do sexo feminino e 18 403 do masculino, representado, assim, 54,3% e 45,7%, respetivamente.

Tabela 24 - População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015

Sexo	Total	%
Masculino	18 403	54,3
Feminino	15 494	45,7
Total	33 897	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas.

De acordo com a tabela 25, a proporção de mulheres (46,6%) com direitos de posse de terras agrícolas é inferior à dos homens (53,4%) em todas as formas de exploração, excetuando a renda, em que 51,3% são das mulheres e 48,7% dos homens.

Tabela 25 - Proporção de proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas, segundo sexo, 2015

Forma de exploração	Sexo	
	Masculino	Feminino
Conta Própria	53,4	46,6
Parceria	62,5	37,5
Renda	48,7	51,3
Usufruto	54,5	45,5
Comodato	53,1	46,9
Aforamento	61,0	39,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente



5 IGUALDADE DE GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



Indicador 5.b.1. Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo.

Quanto à proporção de pessoas com telemóvel, os dados indicam que, de 2015 a 2020, houve um acréscimo de 4,3 p.p. em relação aos homens e 6,1 p.p. em relação às mulheres.

Tabela 26 - Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2015	70,8	68,2
2016	73,7	71,2
2017	74,7	73,8
2018	70,8	70
2019	72,5	70,8
2021	75,1	74,3

Fonte: INE – 2015 -2021 - IMC - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação; RGPB 2021



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Indicador 6.1.1. Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.

O acesso às fontes melhoradas de água potável, em particular a canalizada da rede pública de distribuição, tem vindo a aumentar em Cabo Verde. Em 2021, observa-se que 92,8% da população tinha acesso a uma fonte melhorada de água potável (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos).

Tabela 27- Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável³

	2015	2016	2017	2018	2019	2021
Cabo Verde	85,1	85,5	85,2	86	85,1	92,8
Sexo						
Masculino	85,1	85,2	84,7	85,6	85,3	92,7
Feminino	85,2	85,7	85,5	86,4	85,6	92,9
Meio residência						
Urbano	92,1	92,3	90,5	92	91,6	97,4
Rural	71,3	71,5	73,7	73,2	72,8	79,5

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida, RGPH 2021

Indicador 6.2.1. Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguro, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.

Como *proxy* a este indicador, apresenta-se a proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete. O acesso a instalações sanitárias melhoradas, em particular a sanita, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2021, 82,8% da população tinha acesso a uma instalação sanitária melhorada.

Tabela 28 - Proporção da população com acesso a instalações sanitárias melhoradas

	2015	2016	2017	2018	2019	2021
Cabo Verde	77,2	80,3	80,8	82,9	85,1	82,8
Sexo						
Masculino	76,9	79,7	-	82,3	84,7	81,9
Feminino	77,5	80,9	-	83,5	85,9	83,8
Meio de Residência						
Urbano	86,4	87,9	87,5	88,7	90,5	88,2
Rural	58,9	64,9	66,9	70,6	74,6	67,4

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida, RGPH 2021

³ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Indicador 6.5.1. Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).

Em 2019, segundo a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos foi de 62%.

Tabela 29 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos

2018	2019
64%	62%

Fonte: ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível para todos e todas.

Indicador 7.1.1. Percentagem da população com acesso à eletricidade

O acesso à eletricidade tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em 2021, segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação, cerca de 91,5% da população residente tinha acesso à eletricidade no alojamento.

Tabela 30 - Percentagem de população com acesso à energia elétrica

	2015	2016	2017	2018	2019	2021
Cabo Verde	86,9	90,1	90,1	90,3	92,2	91,5
Meio Residência						
Urbano	90,6	93,5	92,3	91,7	94,1	93,0
Rural	79,6	83,4	85,7	87,5	88,4	87,0
Sexo						
Masculino	86,4	90	89,6	89,9	91,9	90,8
Feminino	87,4	90,2	90,7	90,7	92,5	92,1

Fonte: INE, 2015-2019 - IMC, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida, RGPH 2021

Indicador 7.1.2. Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas.

Em 2021, 76,6% da população utilizava gás butano e eletricidade para preparação de alimentos. De realçar que, no meio rural, apesar de se registar um aumento ao longo dos anos, somente 40,2% da população utiliza estes combustíveis.

Tabela 31 - Percentagem de população que utiliza o gás Butano e eletricidade para preparar alimentos, por meio de residência

	2015	2016	2017	2018	2019	2021
Cabo Verde	70,9	73,8	74,3	75,6	78,9	76,6
Meio Residência						
Urbano	89,4	92,0	91,2	91,1	93,4	89,2
Rural	34,1	36,8	39	42,8	49,1	40,2

Fonte: INE - IMC- Estatísticas das Famílias e Condições de Vida , RGPH 2021

Nota: A eletricidade foi considerada como energia limpa e os dados da série (2015 a 2018) foram atualizados.



7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

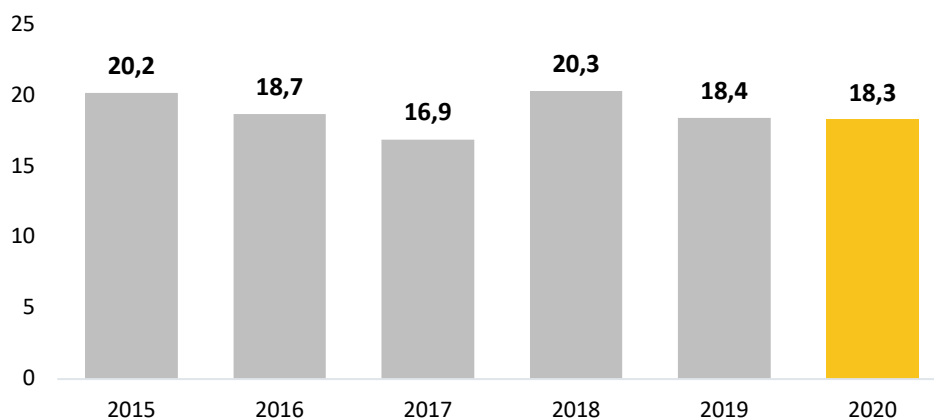
Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Indicador 7.2.1. Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%)

Em 2020, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia elétrica foi de 18,3%.

Gráfico 17 - Percentagem de penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica

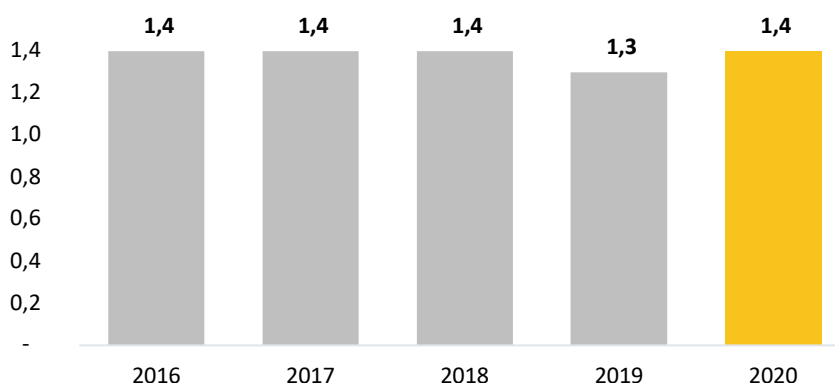


Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Indicador 7.3.1. Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalentes de petróleo/milhões de escudos)

A eficiência energética medida em termos de energia primária e do PIB manteve-se constante (1,4), apresentando uma ligeira diminuição em 2019 (1,3 tep/milhões de escudos) em relação aos restantes anos.

Gráfico 18 - Intensidade energética



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia
Dados Provisórios (2018,2019 e 2020)



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



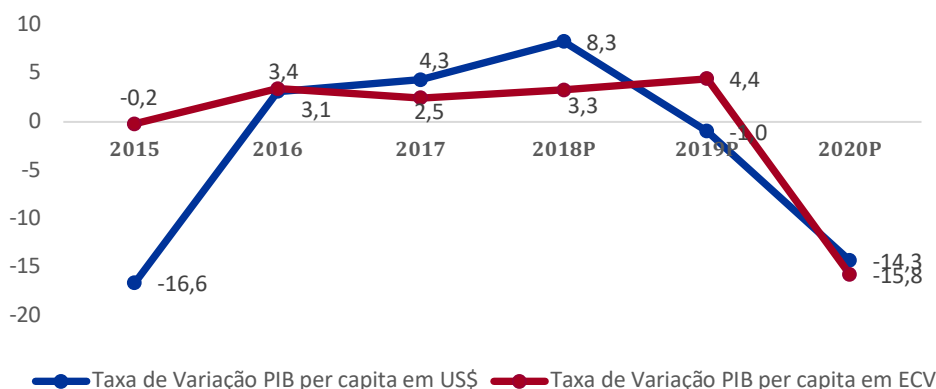
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Indicador 8.1.1. - Taxa de variação anual do PIB real *per capita*

Entre 2015 a 2020, o PIB real per capita em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de -0,2%. Taxa de variação negativa, influenciada principalmente pelos efeitos adversos da pandemia de COVID-19, sobre a atividade económica, com a contração do PIB, de 14,3% em volume em 2020. Em 2019, houve uma variação negativa do PIB per capita em dólar, justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB per capita real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de -0,7%, para o mesmo período em análise. As taxas de variação negativas do PIB per capita de 2020 em dólar e em escudos são devidas aos efeitos da pandemia.

Gráfico19 - Taxa de variação do PIB real per capita (2015-2020)

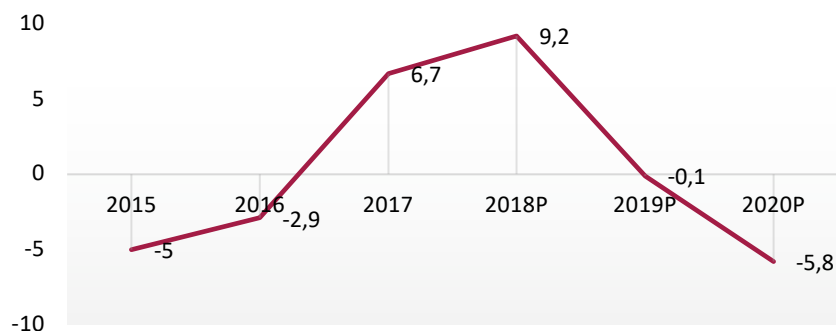


Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 8.2.1. - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 20, em 2020, o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de -5,8%, diminuindo em 5,7 % p.p. relativamente a 2019.

Gráfico 20 - Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)



Fonte: INE - Contas Nacionais



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

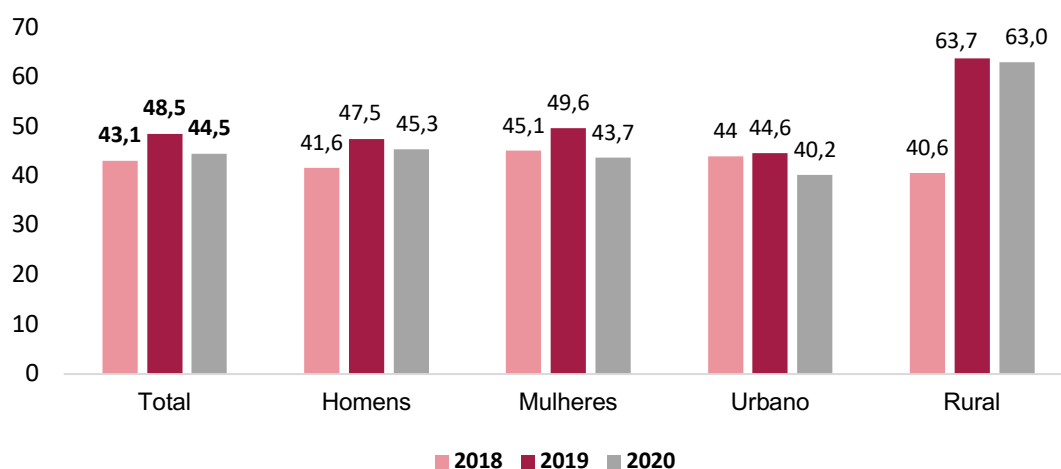


Indicador 8.3.1. - Proporção de emprego informal no emprego total, por sector e sexo

De uma forma geral, em 2020, 44,5% dos empregados encontravam-se a trabalhar nos empregos informais não agrícolas, ou seja, eram empregados do sector não agrícola que não beneficiavam de proteção social, nem de férias nem descanso semanal remunerado. Em comparação com 2019, registou-se uma diminuição de 4 p.p.

A distribuição por sexo mostra que em 2020 houve uma diminuição em ambos os sexos em relação a 2019. Na comparação por meio de residência a proporção do emprego informal não agrícola quer no meio urbano e no meio rural diminuiu em 2020.

Gráfico 21 – Proporção do emprego no informal por sexo e meio de residência



Fonte: INE, IMC, Módulo Mercado Trabalho

Indicador 8.5.2: Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 12,4%, em 2015, para 14,5%, em 2020, aumentando 2,1 p.p. nesse período. Quanto ao sexo, verifica-se que o desemprego é menor nos indivíduos do sexo feminino no período em estudo, com exceção dos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020.



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Neste último, a taxa de desemprego relativamente às mulheres, foi de 14,2% e nos homens, de 14,8%.

Tabela 32 - Taxa de desemprego segundo sexo e idade

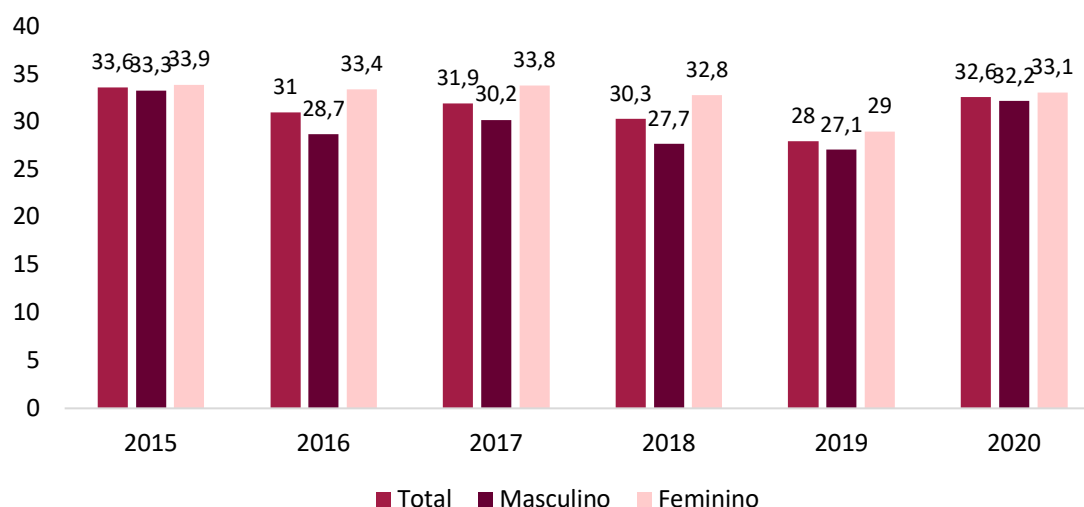
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5
15-24	28,6	41,0	32,4	27,8	25,0	32,5
25-44	11,3	11,7	10,4	11,2	10,8	14,6
45-64	5,3	3,9	4,8	5,8	5,7	5,9
65+	0,5	3,2	0,9	0,0	0,9	0,4
Masculino	13,5	12,9	11,8	12,7	10,7	14,8
15-24	28	31,7	29,5	24,6	22,4	30,6
25-44	11,3	10	10,1	11,6	9,4	14,7
45-64	8,3	5,4	5,0	8,5	7,1	7,3
65+	0,3	5,8	0,0	0,0	1,1	0,4
Feminino	11,2	17,4	12,8	11,6	12,1	14,2
15-24	29,5	52,6	36,4	31,9	29,2	35,4
25-44	11,4	13,8	10,7	10,6	12,4	14,5
45-64	1,8	2,4	4,6	2,7	4,1	4,1
65+	0,8	0,0	1,9	0,0	0,6	0,4

Fonte: INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade economicamente produtiva.

Em 2020, a proporção de jovens entre 15-24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação, foi de 32,6%.

Gráfico 22 - Proporção de Jovens dos 15 aos 24 anos, sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação



Fonte: INE, IMC - Estatísticas do emprego e mercado de trabalho



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.8.1. - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório

Em 2021, do total de acidentes de trabalho, 0,3% foram fatais e 99,7% não fatais.

Tabela 33 - Acidentes de trabalho, fatais e não fatais, por 100 000 trabalhadores

Ano	Total	Fatais	%	Não Fatais	%
2017	252	7	2,8	245	97,2
2018	395	6	1,5	389	98,5
2019	238	5	2,1	233	97,9
2020	782	9	1,2	773	98,8
2021	1112	3	0,3	1109	99,7

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho

Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por sector de atividade, constatou-se que o sector da Indústria foi o que teve maior ocorrência de acidentes de trabalho (72), em 2019. Em contrapartida, o de atividades de transportes registou menor número de acidentes de trabalho no mesmo ano.

Tabela 34 - Acidentes de trabalho por sector de atividade

Setores	Anos		
	2017	2018	2019
Total	252	395	238
Construção Civil	50	43	48
Comércio	32	32	16
Hotelaria/Restauração	40	113	26
Indústria	60	91	72
Metalurgia	24	24	28
Serviços	35	50	40
Transportes	7	3	8
Agricultura	1	1	-
Outros	3	38	-

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.8.2. - Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório.

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2020, verificaram-se 296 greves com acordo (-77 face a 2019), 139 sem acordo (+43 em relação a 2019), 2 pendentes e 14 ficaram como pré-aviso de greve (- 10 face a 2019).

Tabela 35 - Número de Conciliações (contenda laboral)

Categoria	2016	2017	2018	2019	2020
Com acordo	219	176	352	219	296
Sem acordo	358	112	114	96	139
Pendentes	77	124	153	0	2
Pré-aviso de greve	28	19	26	24	14

Fonte: Direção Geral do Trabalho

Tabela 36 - Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

Categoria	2016	2017	2018	2019	2020
Acordos de despedimentos Individuais	219	176	336	207	259
Acordos de despedimentos coletivos	-	-	-	19	27
Acordos no pré-aviso de greve	14	18	16	18	10

Fonte: Direção Geral do Trabalho

Indicador 8.10.1. - (a) Número de bancos comerciais por 100 000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100 000 adultos.

Os dois indicadores seguintes, 8.10.1 (a) e (8.10.1 (b), foram calculados pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

De 2015 a 2020, o número de bancos comerciais por 100 000 adultos tem vindo a diminuir. Em 2020, havia 1,8 bancos comerciais por 100 000 adultos.

Tabela 37 - Número de bancos comerciais por 100 000 adultos (a)

Ano	Número
2015	2,3
2016	2,3
2017	2,0
2018	2,1
2019	1,9
2020	1,8

Fonte: Banco de Cabo Verde



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



O rácio de caixas automáticas por 100 000 adultos tem vindo a aumentar, passando de 49,4 por 100 000 adultos, em 2015, para 55,8 por 100 000 adultos, em 2019. Entretanto, em 2020, registou-se uma diminuição face a 2019, para 50,2 por 100 000 adultos.

Tabela 38- Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos (b)

Ano	Número
2015	49,4
2016	49,1
2017	50,5
2018	57,7
2019	55,8
2020	50,2

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 8.10.2. - Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com conta bancária em 2015 foi de 57%. Os dados são referentes ao inquérito sobre literacia financeira realizado pelo Banco de Cabo Verde.

Indicador 8.a.1. - Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos

Em 2020, constatou-se um aumento de 11,7% nos auxílios para compromisso e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio, cerca de 1516,5, milhões de escudos comparativamente com 2015.

Tabela 39 - Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos

Ano	Milhões de escudos
2015	13 010,5
2016	7 068,4
2017	10 136,8
2018	7 039
2019	11 745
2020	14 527^P

P – Provisório

Fonte: Ministério das Finanças



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



Indicador 8.b.1. - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.

Tabela 40 - Programas de estágio profissional

Programa de estágio profissional	
2015	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2016	Plano Nacional de Emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT
2018	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional da Administração Pública
2019	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional da Administração Pública
2020	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
	PEPAP - Programa de Estágio Profissional da Administração Pública

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional



ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

TRANSPORTES TERRESTRES

Em termos absolutos, de 2015 até 2019, constatou-se um crescimento contínuo do número de passageiros transportados nos autocarros. Entretanto, em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, registou-se uma diminuição de cerca de 6 380 793 passageiros face a 2019. Em 2021, o número de passageiros transportados nos autocarros em Cabo Verde aumentou 45,6%, em relação ao ano 2020 ou seja, em termos absolutos, 6 296 465 passageiros transportados a mais do que em 2020.

Tabela 41 - Movimento de passageiros transportados nos autocarros (2015-2020)

Ano	Nº
2015	12 120 438
2016	14 978 375
2017	16 686 066
2018	18 367 444
2019	20 175 109
2020	13 794 316
2021	20 090 781

Fonte: Estatísticas dos Transportes 2021 (INE)

TRANSPORTES MARÍTIMOS

O movimento de passageiros nos portos nacionais, em 2021, apresentou os valores mais altos de toda a série, a todos os níveis. Em comparação com 2020 registou-se um aumento tanto do total dos passageiros movimentados (44,2%), como no embarque (44,3%) e no desembarque (44,1%).

Tabela 42 - Movimento de passageiros nos portos nacionais (em número) (2015-2021)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	756 915	813 687	839 797	917305	990 840	707 187	1 019 817
Desembarcados	377 866	408 768	420 479	458017	491 274	355 054	511 680
Embarcados	379 049	404 919	419 318	459288	499 576	352 133	508 137

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

Em relação ao movimento de mercadorias, verificou-se que, em 2021, a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (74,2%, correspondendo a 1 731 615 mercadorias desembarcadas), valor coerente com a estrutura



da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. No geral, o movimento de mercadorias teve um aumento de 28,3%, de 2015 a 2021, sendo o carregamento de 43,9% e o descarregamento 22,8%.

Tabela 43 - Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais (em Kg) (2015-2021)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	1 674 783	1 802 647	2 015 667	2 595 936	2 667 228	2 155 913	2 334 594
Carregamento	338 268	386 312	446 349	545 268	641 531	529 881	602 979
Descarregamento	1 336 515	1 416 335	1 569 318	2 050 667	2 025 697	1 626 032	1 731 615

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

TRANSPORTES AÉREOS

Após uma evolução positiva, de 2015 a 2019, nos anos de 2020 e 2021 registou-se um decréscimo significativo do tráfego, tanto de aeronaves como de passageiros, cargas e correios, devido à pandemia mundial de Covid-19.

Conforme os dados das tabelas 44, 45, 46 e 47, constatou-se que, em 2020 e 2021, todos os tipos de tráfego apresentaram os valores mais baixos de todos os anos da série. No entanto, em 2021, o movimento de passageiros nos aeroportos, em comparação com 2020, registou um aumento de 7%, sendo 15,2% e 3,1% nos voos domésticos e internacionais, respetivamente.

Tabela 44 - Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2015-2021)

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Doméstico	698 785	764 285	929 595	884 784	821 227	249 679	287 752
Internacional	1 288 097	1 451 607	1 719 636	1 817 448	1 950 704	526 319	542 488
Total	1 986 882	2 215 892	2 649 231	2 702 232	2 771 931	775 998	830 240

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Em relação ao movimento de aeronaves, face a 2020, verificou-se um aumento tanto em termos gerais (8,5%), como nos voos domésticos (11,4%) e nos internacionais (7,2%).

Tabela 45 - Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2015-2021)

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Doméstico	14 901	15 920	20 483	16 824	16 083	5 844	6 511
Internacional	12 789	14 289	15 729	17 253	19 119	7 318	7 773
Total	27 690	30 209	36 212	34 077	35 022	13 162	14284

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Relativamente ao movimento de cargas, em 2021 face a 2020, registou-se uma diminuição de 1,3% no total das cargas movimentadas nos aeroportos de Cabo Verde, sendo que a



nível doméstico, decresceu 12,6%, enquanto a nível internacional registou-se um aumento de 1,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 46 - Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos (2015-2021)

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Doméstico	1 617 087	1 339 505	920 984	445 297	380 341	145 364	127 098
Internacional	1 214 666	1 398 489	1 206 124	865 719	1 009 893	558 304	567 644
Total	2 831 753	2 737 994	2 127 108	1 311 016	1 390 234	703 668	694 742

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Quanto ao movimento de correios, em 2021, verificou-se um aumento significativo de 39,4%, sendo 60,7% e 12,1% a nível doméstico e internacional respetivamente, face a 2020.

Tabela 47 - Movimento de correios (em Kg), por aeroportos (2015-2021)

Natureza	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Doméstico	181 250	174 409	231 770	228 731	256 665	122 994	197 707
Internacional	136 787	143 055	159 571	176 632	199 947	98 372	110 909
Total	318 037	317 464	391 341	405 363	456 612	221 366	308 616

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Os dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram, a partir de 2016, uma aceleração do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, com um ligeiro decréscimo em 2019 em relação a 2018, passando de 6,7%, em 2018, para 6,6%, em 2019. Em 2021 registou-se o seu valor máximo de toda a série (8,6%).

Tabela 48 - Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB a preços correntes

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,5	5,9	6,1	6,7 ^P	6,6 ^P	7,3 ^P	8,6 ^P

P - Provisórios

Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Constata-se que o emprego no sector da indústria transformadora em percentagem do emprego total em 2021 foi de 8,9%, segundo dados do RGPH 2021.

Tabela 49 - Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
8,9	8,5	9,5	9,5	9,6	8,1	8,9

Fonte: INE - Estatísticas de emprego e mercado de trabalho 2015-2020; RGPH - 2021



Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total.

Segundo os dados do INE, o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total registou uma diminuição, em 2016, face a 2015 e uma evolução crescente nos anos seguintes, a alcançar o seu valor máximo em 2021 (9,9%).

Tabela 50 - Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
7,5	6,8	7,1	7,9 ^P	7,8 ^P	8,5 ^P	9,9 ^P

P - Provisório

Fonte: INE - Contas Nacionais

Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Segundo a Agência Reguladora Multisectorial da Economia, analisando o período de 2015 a 2021, verifica-se que o acesso às tecnologias de informação e comunicação, através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM), quer pelos serviços 3G e 4G, tem vindo a aumentar. De acordo com a tabela 51, em 2021, verificou-se que 99,3% da população estava coberta com serviços GSM, enquanto 93,8% estiveram cobertas com os de 3G, o que apresenta um aumento, em comparação com o ano de 2015, que foram de 98,8% e 86,8%, respetivamente. O serviço 4G teve início em Cabo Verde no ano de 2019, ano em que 79,4% da população estava coberto por esse serviço, tendo aumentado para 80,03% em 2021.

Tabela 51 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Tipo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cobertura de serviços GSM	98,8	98,8	99,3	99,3	99,3	99,3	99,3
Cobertura de serviços 3G	86,8	87,6	91,1	91,1	93,7	93,7	93,8
Cobertura de Serviços 4G	-	-	-	-	79,4	79,4	80,03

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento *per capita* dos 40% da população com menores recursos e a população total.

Entre a população mais vulnerável, neste caso entre os 40% da população com menores recursos (ou seja, os 2 primeiros quintis com menores recursos) regista-se um aumento das despesas médias anuais *per capita* por pessoa, de 3,2% de 2015 para 2020, sendo o maior aumento registado no meio rural (3,9%), comparando com o meio urbano (2,4%), muito provavelmente pelo aumento das necessidades e impacto dos anos sucessivos de secas no meio rural.

Tabela 52 - Evolução da despesa anual média *per capita*, total, por agregado e por indivíduo, entre os 40% da população com menores despesas, Cabo Verde 2015-2020

	Despesas totais				Despesas médias anuais por agregado				Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado			
	2015	2019	2020	TCA ^[1]	2015	2019	2020*	TCA ^[1]	2015	2019	2020	TCA ^[1]
				2015 - 2020				2015 - 2020				2015 - 2020
Cabo Verde	13 075 344 594	17 477 069 187	16 634 496 799	4,9	343 701	388 266	406 818	3,4	63 929	79 475	74 965	3,2
Meio de Residência												
Urbano	6 644 985 124	9 223 004 080	9 031 196 049	6,3	370 988	421 480	434 560	3,2	68 514	84 011	77 305	2,4
Rural	6 430 359 470	8 254 065 107	7 603 300 750	3,4	319 423	356 939	367 110	2,8	59 794	74 953	72 363	3,9

* Em 2020, o total do agregado no grupo dos 40% reduziu (39150) em relação a 2019 (44978) e o tamanho médio do agregado foi de 5,4 (em 2019, foi de 4,9)

* Valores efetivos em escudos cabo-verdianos

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/2002 e 2015 e 2019-2020
Estimação da pobreza

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Dado que em 2015, os dados do rendimento não foram tratados, apresenta-se um indicador co-relacionado que diz respeito a despesas de consumo. Em 2015, cerca de 23,8% da população de Cabo Verde (121 897 pessoas) vivia em agregados cuja despesa média anual *per capita* era inferior a 60% da despesa mediana anual *per capita*, e 9,6% (49 134) abaixo dos 40% da despesa mediana anual *per capita* registada no âmbito do último inquérito às despesas e receitas familiares.



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Tabela 53 - Proporção da população que vive em agregados familiares com uma despesa média anual per capita inferior a 60% e a 40% da despesa mediana *per capita*, por meio de residência, sexo e grupo etário

População que vive com menos de 50% do consumo mediano			
	2015	2019	2020
Sexo			
Masculino	14,6%	6,4%	5,1%
Feminino	15,3%	6,8%	5,2%
Total	15,0%	6,6%	5,2%
Grupo etário			
0-4	20,2%	10,3%	10,4%
5-9	19,9%	9,5%	8,1%
10-14	19,1%	11,8%	9,2%
15-24	15,7%	6,7%	5,4%
25-34	11,5%	5,8%	4,0%
35-64	11,6%	4,3%	2,9%
65 ANOS OU MAIS	11,4%	3,3%	2,3%
Total	14,9%	6,6%	5,2%

Fonte: INE – Estimação da pobreza

Indicador 10.3.1. Proporção da população que reportou sentir-se pessoalmente discriminada ou assediada, nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, segundo os dados do módulo da Governança, Paz e Segurança, a percentagem da população de 18 anos ou mais que reportou ter sido discriminada, foi de 31,7%.

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 19,4% em 2020, com uma redução face a 2019 na ordem de 1,7 pontos percentuais.

Tabela 54 - Indicadores de solidez financeira (%)

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Rácio de Solvabilidade	16,1	15,5	17,3	16,2	17,7	19,4
Imparidade	63,5	63,2	64,7	65,9	52,0	46,8
Ativos Ponderados pelo Risco	14,8	15,5	16,4	16,1	18,2	19,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: No Relatório 2019, os dados relativos ao ano 2018 são provisórios. Segundo o BCV, os dados do sector externo, principalmente da Balança de Pagamentos, estão sujeitos a atualizações. Por norma os dados são provisórios por até sensivelmente 3 anos.



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



10.b.1 Fluxos de recursos totais para o desenvolvimento, por países recetores e doadores, e tipo de fluxo (por exemplo, assistência oficial ao desenvolvimento, investimento estrangeiro direto e outros fluxos)

Tabela 55 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento, Investimento Direto Estrangeiro no País e remessa de emigrantes (Correntes e Capitais) - (Fluxos em milhões de CVE)

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ajuda Pública ao Desenvolvimento	19 872	12 002	17 213	13 059	17 411	20 291	18 346
Investimento Direto Estrangeiro no País.	11 507	12 559	10 867	10 048	10 375	7 244	10 157
Remessas de emigrantes (correntes e capitais)	19 819	19 717	19 433	20 067	21 562	22 508	28 187

Fonte: Banco de Cabo Verde

Segundo a tabela 55, os fluxos de investimento Direto Estrangeiro diminuíram 31,8% em 2020, face ao ano de 2019, enquanto que em 2021 acusou um crescimento de 40,2%. Em contrapartida, os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento e os das remessas de emigrantes aumentaram na ordem de 16,5% e 4,4% respetivamente, em 2020. Em 2021 a APD registou uma descida de 9,6%, ao contrário das remessas de emigrantes que aumentaram 25,2%.



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Indicador 11.1.1. Proporção de população residente em áreas urbanas que vive em alojamentos não clássicos ou em alojamentos com falta de condições de habitação

Tipologia de Alojamento	%
Barraca/casa de bidão ou de madeira	2,1
Contentor/ Improvisado em edifício/ Outro lugar habitado	0

Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação 2021

Indicador 11.6.1. Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente e com descarga final adequada do total de resíduos sólidos urbanos gerados pelas cidades

Tabela 56 - Quantidade de resíduos sólidos urbanos gerados e recolhidos e quantidade de resíduos urbanos tratados em Cabo Verde, segundo o tipo de tratamento dado (2015)

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
Gerados e recolhidos	Toneladas (t)
Total Gerados	170 636
Total Recolhidos	152 595
Tipo de tratamento e eliminação	Toneladas (t)
Total tratados	152 595
Lixeiras / Vazadouro	140 495
Aterro controlado	12 100
Reciclados	0
Outros	0

Fonte: ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGeR), 2015



ODS 12 - ASSEGURAR PADRÕES DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Indicador Global 12.4.1. Número de parceiros em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos no domínio do ambiente que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante.

A tabela 57 traduz o cálculo do “Country Score” (CS) por cada convenção que compõe o indicador e da qual Cabo Verde já é parte. Para o cálculo do indicador, foram levadas em conta as quatro (4) convenções já ratificadas por Cabo Verde. Neste sentido, não se incluiu a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, na medida em que o processo de adesão pelo país a esta convenção está em curso, mas ainda não foi ratificado. A partir das pontuações, pode-se inferir de forma bem evidente que o país tem cumprido praticamente na plenitude as suas obrigações decorrentes da ratificação das Convenções de Basileia, Roterdão, Estocolmo e no âmbito do Protocolo de Montreal, conforme as exigências estabelecidas para a avaliação do indicador. Através de uma comparação entre o total de pontos previstos por convenção e o total de pontos atingidos, pode-se fazer uma leitura objetiva do grau de cumprimento dos requisitos exigidos. A comparação relativa entre a pontuação global (soma das pontuações alcançadas por cada convenção), num total de 31,4 pontos, e a pontuação atingida no valor de 31,0 pontos, explicita de forma nítida o pleno alinhamento do país face às suas obrigações.

Tabela 57 - Pontuação global do indicador

Convenção	Total máximo de pontos previsto por convenção	Total pontos atingidos por convenção	CS (*) 2015-2019
Convenção de Basileia	6	6	1
Convenção de Roterdão	2,4	2	0,83
Convenção de Estocolmo	3	3	1
Protocolo de Montreal	20	20	1
Pontuação global convenções (previsto e atingido)	31,4	31,0	3,83
CS global convenções/nº convenções (3,83/4)			95,75%

(*) O CS é calculado como o número total de pontos para o país dividido pelo total de pontos possíveis por cada convenção

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

Indicador 13.2.1. Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumente a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito de estufa baixas, de maneira que não ameacem a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada ao nível nacional, uma comunicação nacional, um relatório de atualização bienal ou outro)

Em 29 de março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC). Na condição de parte da Convenção, assumiu nesta data, o compromisso de formular uma Comunicação Nacional à Conferência das Partes (CdP).

A cronologia dos marcos históricos, apresentadas na tabela 58, demonstram de forma clara, que o país tem vindo, desde a primeira hora, a desenvolver esforços internos no sentido de dar respostas exigidas, em tempo oportuno, no plano global, decorrentes da ratificação da CQNUMC.

De destacar que se encontram, também, em curso o processo de atualização da NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada, o qual será submetido no início de 2021.

Tabela 58 - Cumprimento de Obrigações no âmbito da Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC) - Cronologia dos Marcos Históricos

Documento/Marco Histórico	Ano
Ratificação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)	1995
Primeira Comunicação Nacional à CQNUMC	2000
Primeiro Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2000
Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas	2000
Ratificação do Protocolo de Quioto	2005
Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas - NAPA (2008-2012)	2007
Segundo Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2010
Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas	2011
Primeira Contribuição Intencional Nacionalmente Determinada (2015-2030)	2015
Ratificação do Acordo de Paris	2017
Terceira Comunicação sobre as Mudanças Climáticas	2018
Atualização Inventário Gases de Efeito de Estufa (GEE) – Em curso	2021
Atualização Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) – Em curso	2021

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



14 VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Indicador 14.5.1. Cobertura de áreas protegidas em relação a áreas marinhas

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da Figura 3 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Figura 3 - Área protegida da superfície marinha



Fonte: Direção Nacional do Ambiente (2015)

Tabela 59 - Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas

	Marinha	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66
Santa Luzia	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	278,37	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (2015)



15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Indicador 15.1.1. Proporção do território que é área florestal

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva desde os primórdios da independência nacional pelos sucessivos governos, com forte apoio da cooperação internacional, tem, num primeiro plano, exercido um papel crucial na luta contra a desertificação, e, num segundo plano, permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

Em 2012, o país dispunha de um património em vegetação lenhosa, avaliado em 89 903 ha, dos quais 54 919,4 são classificados como floresta, de acordo com os padrões da FAO⁴.

Tabela 60 - Área coberta por vegetação lenhosa e por floresta, e respetivas proporções (2012)

	Área florestal (ha)	% Área florestal nacional
Cabo Verde	54 919,4	13,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.1.2. Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce, cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.

Os dados da tabela 61 mostram que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57Km², em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde. Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, nota-se que existe um total de 1 321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 61 - Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), em Cabo Verde (2015)

	Terrestre		Marinha	
	Superfície (km ²)	%	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19	1 321,28	5,66

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

⁴ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)



15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



As áreas terrestres protegidas, com instrumentos de gestão aprovados, passaram de 1.726 hectares, em 2008, para 38 844,86 hectares, em 2015, tendo registado 17 792,19 hectares, em 2014. Em relação às áreas marinhas protegidas com instrumentos de gestão aprovados, o valor registado foi de 120 672,47 hectares, em 2015, e 28 847,19 hectares, em 2014.

Tabela 62 - Superfície e proporção das Áreas Protegidas (terrestre e marinha) com Instrumento(s) de Gestão aprovado(s)

	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	(a)	
2010	10 194,50	2,53	(a)	
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde
(a) Áreas ainda não identificadas

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Indicador 15.3.1. Proporção do território com solos degradados

Tabela 63 - Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%)

Indicador	Ano				
	2011	2012	2013	2014	2015
Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais	73,0	44,0	437,0	278,4	801,2

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.5.1. Índice da Lista Vermelha

Na impossibilidade de disponibilizar o indicador conforme definido a nível global, e por se tratar de um indicador que integra alguns componentes (aves, mamíferos, corais e plantas da divisão Cycadophyta), apresenta-se o indicador Percentagem de Espécies de Flora Endémica Ameaçadas, tendo em conta as informações disponíveis e acessíveis e a sua pertinência no âmbito da gestão sustentável da biodiversidade.

Percentagem de Espécies de Flora Endémica Ameaçadas

Em 2015, publicou-se a nova Lista Vermelha da Flora Endémica de Cabo Verde para a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), elaborada com base nos critérios da IUCN. Segundo Romeiras, (2015), a nova Lista Vermelha da Flora Endémica de Cabo Verde para a IUCN, 78% das plantas endémicas avaliadas estavam assim classificadas, em termos de ameaça: 29,3% em perigo crítico, 41,3% em perigo e 7,6% vulnerável.



15 VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e prover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



Indicador 15.7.1. Proporção de espécies selvagens comercializadas que foi objeto de furtivismo ou traficada ilicitamente

Relativamente a este indicador, com base nas informações existentes, verifica-se que existe captura ilícita de tartarugas marinhas e, também, de algumas aves marinhas:

Captura de tartarugas marinhas em Cabo Verde

Os dados refletem a evolução da quantidade de tartarugas marinhas ilicitamente capturadas em terra no período entre 2015 e 2019. Como se pode observar, na tabela 64, entre 2015 e 2017, verificou-se uma tendência continuamente crescente do número de animais capturados. Entretanto, entre 2018 e 2019, registou-se uma diminuição expressiva, mas contrariamente a esta tendência, observa-se um aumento visível no ano de 2020, passando de 253 em 2019, para 813 tartarugas marinhas sacrificadas em 2020, sendo o valor mais elevado do período em análise. Todavia, importa frisar que, a cessante temporada foi aquela na qual se registou o maior número de ninhos e de fêmeas nidificantes no território nacional, superando em muito o ocorrido em 2019, considerado assim, o melhor ano no conjunto da série de anos em análise.

Tabela 64 - Captura ilícita de Tartarugas Marinhas em Cabo Verde

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
N.º tartarugas marinhas capturadas (Carretta caretta)	177	415	587	423	253	813

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Captura das Aves Marinhas em Cabo Verde

Segunda a Direção Nacional do Ambiente, a predação das aves marinhas em Cabo Verde é feita maioritariamente por gatos domésticos e cães vadios. A captura furtiva das aves marinhas acontece para fins da criação no cativo, animal de estimação, fins medicinais e alimentação.

De enaltecer que, de Junho de 2017 até o presente momento, não se registou qualquer morte de aves marinhas nos Ilhéus Raso, Branco e Rombo. As principais colónias de aves marinhas do país encontram-se nestes espaços territoriais, onde se verifica a presença relativamente constante de parceiros de investigação.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes, por grupo etário

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Entre os anos de 2017 e de 2020, Cabo Verde registou uma ligeira diminuição no número de homicídios, por 100 000 habitantes, passando de 7,1 para 6,5.

Tabela 65 - Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes, por sexo e grupo etário

	2017			2018			2019			2020		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
CABO VERDE	6,0	1,1	7,1	4,8	1,8	6,6	5,1	1,1	6,2	4,8	1,6	6,5
IDADE												
Menor de 12			0,0			0,2			0,2			0,0
[12-16]			0,0			0,0			0,0			0,2
[17-21]			0,9			1,1			1,1			0,9
[22-30]			2,4			1,8			1,3			2,2
[31-45]			2,6			1,8			2,2			1,4
Maior de 45			1,1			1,8			1,5			1,8

Fonte: Ministério da Administração Interna

Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

Na ausência de informações para o cálculo do indicador, apresenta-se a proporção da população de 18 anos ou mais, vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista observada no âmbito do módulo sobre Governança, Paz e Segurança, realizada pelo INE, em 2013 e em 2016.

Em 2016, segundo o gráfico 23, verificou-se que 5,4% da população de 18 anos ou mais foi vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista, valor ligeiramente superior ao registado em 2013 (4,1%).

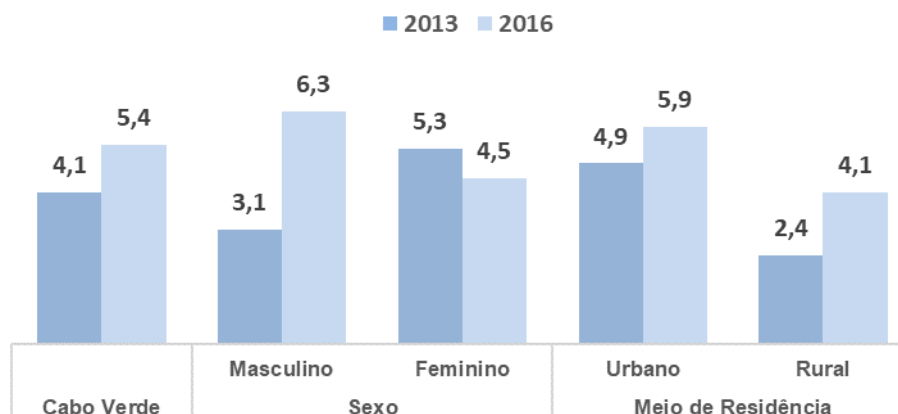


16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Gráfico 23 - Proporção (em %) da população de 18 anos ou mais, objeto de violência física nos últimos 12 meses, por sexo e meio de residência



Fonte: INE – IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem

Para este indicador, dispõem-se de dados desagregados por período: dia e noite. A insegurança é maior no período da noite, nos dois anos em referência, ou seja, as pessoas (população de 18 anos ou mais) sentem-se mais seguras caminhando sozinhas durante o dia, tanto em 2013, como em 2016. Comparando os dados dos dois anos, verifica-se uma diminuição ao nível de segurança quando se trata de caminhar sozinho de dia (em 3,0 p.p.) e um aumento no que se refere à noite (7,7 p.p.).

Tabela 66 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que se sentem seguras quando caminham sozinhas, no período diurno e noturno, por sexo e meio de residência (2013/2016)

	2013		2016	
	Dia	Noite	Dia	Noite
CABO VERDE	84,4	44,0	81,4	51,7
SEXO				
Masculino	80,2	35,1	85,4	59,7
Feminino	89,4	55,5	77,6	43,8
MEIO DE RESIDÊNCIA				
Urbano	79,3	34,4	77,0	45,3
Rural	94,3	62,9	91,2	66,2

Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

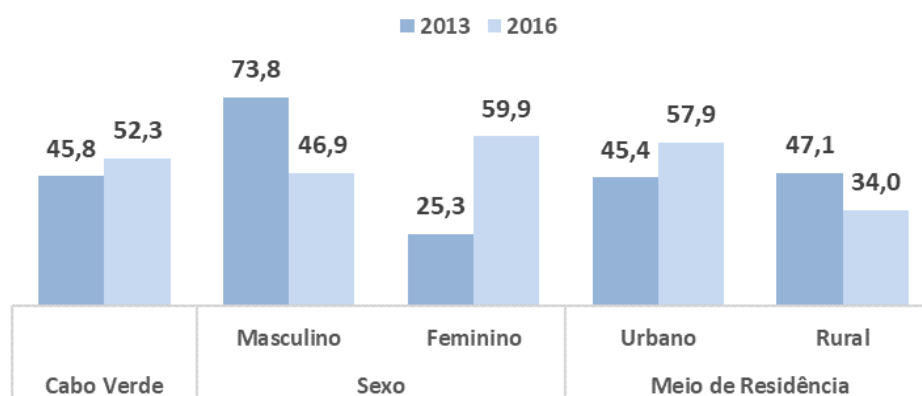
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos.

Em 2016, ao nível nacional, a proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física, e que reportaram às autoridades competentes, foi de 52,3%, valor superior em 6,5 p.p. ao registado em 2013 (45,8%).

Gráfico 24 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes, por sexo e meio de residência (2013/2016)

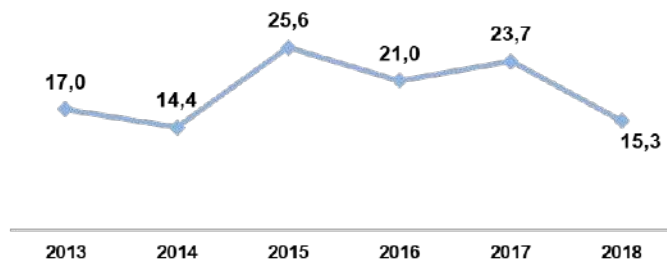


Fonte: INE - IMC- Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.3.2. Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos

A proporção de reclusos em prisão preventiva tem vindo a oscilar ao longo dos anos, registando os maiores valores entre 2015 e 2017. Em abril de 2018, o Censo Prisional registou 15,3% de reclusos em prisão preventiva.

Gráfico 25 - Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos.



Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho (2013-2017) e INE (Recenseamento Prisional 2018)

Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno, ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

Em 2016, cerca de 1,2% da população de 18 anos ou mais declarou que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, sentiu-se, pelo menos uma vez, obrigada a oferecer dinheiro,



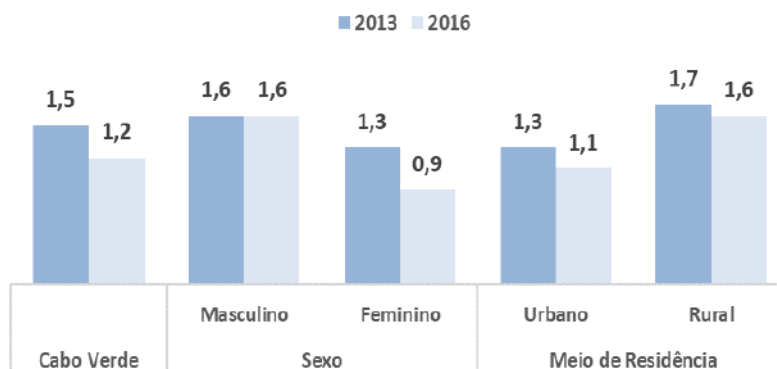
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



presente ou favor a um funcionário público, em troca de um benefício, representando uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no inquérito realizado no ano 2013.

Gráfico 26 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses, por sexo e meio de residência

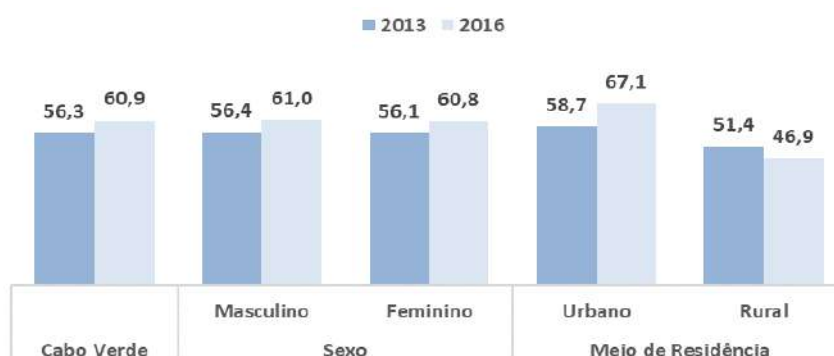


Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

Indicador 16.6.2. Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

Em 2016, cerca de 60,9% da população de 18 anos ou mais declarou estar satisfeita com a última experiência com serviços públicos. Regista-se um aumento do nível de satisfação em 4,6 p.p. face a 2013.

Gráfico 27 - Proporção da população de 18 anos ou mais, satisfeita com a última experiência com serviços públicos, por sexo e meio de residência.



Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016

Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.

Em 2016, cerca de 15,7% da população de 18 anos ou mais, declarou acreditar que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados. Regista-se uma diminuição



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



neste indicador face a 2013, no qual cerca de 17,4% da população acreditou na inclusão e adequação dos processos de tomada de decisão.

Tabela 67 - Proporção da população de 18 anos ou mais que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e grupo etário

	2013	2016
CABO VERDE	17,4	15,7
SEXO		
Masculino	16,7	15,6
Feminino	18,0	15,7
Grupo Etário		
[18-24 anos]	9,1	5,6
[25-34 anos]	16,2	12,7
[35-44 anos]	17,3	19,3
[45-54 anos]	18,1	17,4
>= 55 anos	31,8	22,3

Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos, com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.

Com a obrigatoriedade do registo à nascença nos serviços de saúde, a proporção de crianças registadas tem vindo a ser quase que universal. Com base nas projecções demográficas, pode-se aferir que mais de 93% das crianças menores de 5 anos estão registadas.

Tabela 68 - Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos, por sexo e idade

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018
CABO VERDE	101,3	98,4	95,6	94,5	93,0
Sexo					
Masculino	101,6	98,0	94,7	93,5	91,5
Feminino	100,9	98,7	96,5	95,6	94,6
Grupo Etário					
0 anos	95,5	93,0	94,1	93,6	88,2
1 anos	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6
2 anos	99,2	95,8	95,5	93,0	94,2
3 anos	108,4	99,3	96,0	95,5	93,1
4 anos	108,0	108,8	99,6	96,3	96,0

Fonte: INE, 2014– 2018

Nota: A proporção por vezes é superior a 100, porque nesses anos temos uma subestimação na projecção, tendo assim mais crianças registadas do que na projecção.



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

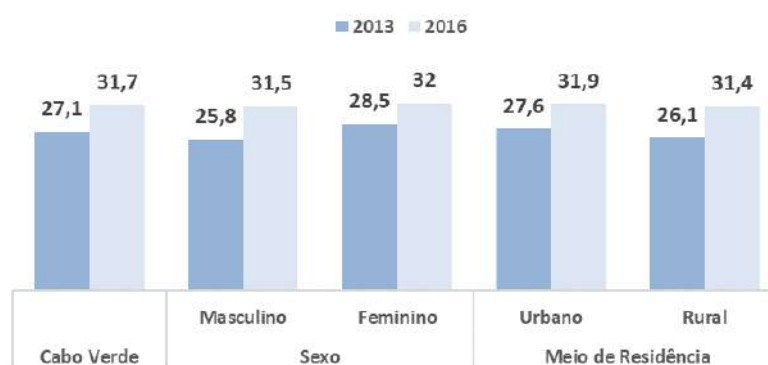
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes responsáveis e inclusivas a todos os níveis



Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, cerca de 31,7% da população de 18 anos ou mais, reportou que se sentiu pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos. Observa-se um aumento deste indicador face a 2013, em que se registou cerca de 27,1%.

Gráfico 28 - Proporção da população de 18 anos ou mais que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos, por sexo e meio de residência.



Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

A receita fiscal, em 2020, foi de cerca de 19,5% do Produto Interno Bruto, tendo sido, em 2019, de 21,6%. Constata-se que, entre 2015 e 2020, as receitas fiscais em percentagem do PIB, têm oscilado entre alta e baixa. Para este indicador, apresenta-se apenas o total de receitas fiscais em percentagem do PIB.

Tabela 69 - Total das receitas fiscais, em percentagem do PIB

Ano	%
2015	20,6
2016	19,5
2017	20,7
2018	22,1
2019	21,6
2020	19,5 ^P

P - Provisório

Fonte: INE e Ministério das Finanças

Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

De acordo com dados da tabela 70, a percentagem do orçamento do Estado, financiada por impostos cobrados internamente, foi de 55,2%, em 2020, tendo diminuído 10,9 p.p. face a 2019.

Tabela 70 - Percentagem do orçamento de Estado financiada por impostos cobrados internamente

Ano	%
2015	60,8%
2016	65,6%
2017	65,4%
2018	72,2 %
2019	66,1 ^P %
2020	55,2 ^P %

P - Provisório

Fonte: INE e Ministério das Finanças



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 11,5% em 2020, tendo aumentado 2,6 p.p. face a 2019.

Tabela 71 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB

Ano	%
2015	12,5
2016	7,2
2017	9,9
2018	7,1
2019	8,9
2020	11,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro em função do PIB, foi de 4,1% em 2020, valor inferior ao registado em 2019 (5,3%). Nota-se uma tendência decrescente deste indicador, a partir de 2016.

Tabela 72 - Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB

Ano	%
2015	7,3
2016	7,6
2017	6,3
2018	5,5
2019	5,3
2020	4,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

Entre 2017 e 2019, as remessas de emigrantes estabilizaram-se em torno de 11% do PIB. De notar que, em 2020, aumentaram 1,8 p.p., comparado com o ano de 2019.

Tabela 73 - Remessas de Emigrantes em % do PIB

Ano	%
2015	12,5
2016	11,9
2017	11,2
2018	10,9
2019	11,0
2020	12,8

Fonte: Banco de Cabo Verde



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, oscilou entre 6,3% e 16,8 % no período de 2015 a 2020. Entretanto, em 2020, nota-se um aumento significativo (16,8%) face ao ano anterior.

Tabela 74 - Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços

Ano	%
2015	6,3
2016	6,1
2017	6,4
2018	6,0
2019	6,1
2020	16,8

Fonte: Ministério das Finanças

Indicador 17.6.1. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa, por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).

As informações disponíveis mostram que as subscrições da Internet por banda larga, de rede fixa, por 100 habitantes, passaram de 2,9%, em 2015, para 5,0 % em 2021, tendo registado um aumento de 0,5 p.p. em 2021 face a 2020.

Tabela 75 - Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação

Ano	%
2015	2,9
2016	2,7
2017	2,7
2018	2,9
2019	3,2
2020	4,5
2021	5,0

Fonte: Agência Reguladora Multisectorial da Economia



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Mais de 61% da população de 10 anos ou mais, declarou, em 2019, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista.

Tabela 76 - Proporção de indivíduos de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses (2019)

	Grupo etário análise (em anos)						
	Total	10-14	15-24	25-34	35-64	65-74	75 ou mais
Cabo Verde	61,9	31,5	79,9	83,7	57,0	25,7	7,9
Sexo							
Masculino	62,9	31,8	76,5	81,7	58,9	40,0	13,5
Feminino	61,0	31,1	83,5	86,0	55,2	14,2	4,5

Fonte: INE, Inquérito Multiobjetivo Contínuo

Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular), destinada a países em desenvolvimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento passou de 196 milhões de dólares, em 2015, para 227 milhões de dólares, em 2020, traduzindo-se num crescimento médio anual de 3,0 %.

Tabela 77 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões)

Ano	Milhões de USD
2015	196
2016	114
2017	186
2018	135
2019	177
2020	227

Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

Nota: os dados que constam no Relatório 2019 são provisórios. Segundo o BCV, os dados do sector externo, principalmente da Balança de Pagamentos, estão sujeitos a atualizações. Por norma, os dados são provisórios por até sensivelmente 3 anos.

Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Apesar de ser um indicador global para análise comparativa entre os países, apresentam-se, de seguida, os dados relativos às exportações de bens e serviços para o caso de Cabo Verde.

Segundo os dados ilustrados na tabela 78, o valor das exportações de mercadorias sofreu um decréscimo de 15,9 % em 2020, face a 2019.



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Tabela 78 - Exportação de mercadorias (em milhões ECV)

Ano	Valor em milhões ECV
2015	6 644
2016	5 973
2017	4 892
2018	7 060
2019	6 071
2020	5 101

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 79 - Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV)

Ano	Valor em milhões de ECV
2015	49 878
2016	55 854
2017	59 152
2018	64 407
2019	72 954
2020	28 474

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos

Tabela 80 - Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Contas Nacionais, Preços e Emprego							
Produto Interno Bruto ¹	taxa de crescimento real em %	0,6	1,0	4,7	3,7	4,5	5,7
Inflação Média Anual	taxa variação em %	-0,2	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1
Inflação Homóloga	taxa variação de dezembro em %	-0,4	-0,5	-0,3	0,3	0,9	1,9
Taxa de Desemprego	em % da população ativa	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3
Sector Monetário e Financeiro							
Massa Monetária	taxa variação em %	7,8	5,9	8,4	6,6	1,7	8,1
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	22,2	13,4	18,6	2,3	-6,5	24,8
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	2,8	2,2	3,7	6,3	2,8	-1,8
Crédito à Economia ²	em % do PIB	61,1	61,1	60,6	62,3	60,4	59,0
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	85,6	88,6	92,9	95,3	91,7	94,5
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	30,4	31,4	31,5	29,9	27,8	27,6
Taxas de Câmbio							
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	104,5	102,4	102,7	103,0	103,5	102,9
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	114,0	131,8	129,7	128,7	128,6	127,4
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	83,1	99,4	99,7	97,9	93,4	98,5
Sector Externo							
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-8,6	-2,2	-3,1	-6,9	-4,2	0,3
Balança Corrente	em % do PIB	-9,0	-3,4	-3,8	-7,8	-5,0	-0,2
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	20,8	20,6	22,0	24,0	25,1	25,6
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	10,5	12,5	11,8	11,3	10,9	11,1
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	9,7	6,0	7,5	6,8	5,5	5,0
Reservas/Importações	meses	5,4	6,7	7,2	6,0	5,6	6,9
Finanças Públicas							
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1	-2,7	-1,8
Saldo Global Primário	em % do PIB	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5	-0,1	0,7
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	89,0	97,0	95,7	94,1	91,4	90,6
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	26,9	29,0	32,0	32,7	33,4	34,1

Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



OBJETIVO 1 ÁFRICA 2063 - UM PADRÃO DE VIDA ELEVADO, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA TODOS OS CIDADÃOS

Indicador 1.1.1: PIB Real *per capita*

Os dados da tabela 81 mostram uma tendência ascendente do PIB Real per capita em escudo cabo-verdiano, de 2015 até 2019. Entretanto, em 2020, nota-se uma diminuição deste indicador face a 2019, de 14,7%. No que se refere ao PIB per capita real em US dólar, constata-se também que, em 2020, sofreu uma queda de 14,2%.

Tabela 81 – PIB Real *per capita*

	2015	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
PIB Real (milhões de ECV)	140 297	146 899	152 337	159 240	168 265	143 390
População	524 833	531 239	537 661	544 081	550 483	556 857
Taxa câmbio média USD	99,39	99,69	97,89	93,39	98,50	96,80
PIB Real <i>per capita</i> em ECV	267 316,9	276 520,9	283 332,5	292 676,1	305 667,5	257 498
PIB Real <i>per capita</i> em US\$	2689,7	2773,8	2894,5	3133,9	3103,4	2660,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde

Indicador 1.1.2: Taxa de desemprego, segundo sexo, idade e meio de residência

Em 2020, a taxa de desemprego situou-se em 14,5%, tendo diminuído 1,1 pontos percentuais em relação ao ano de 2015. Em termos de idade, nota-se que o desemprego tem maior incidência nas pessoas com idade entre 16 e 24 anos. Quanto ao género, o desemprego é maior nas mulheres (12,1%) comparativamente aos homens (10,7%). Em 2019, o meio rural concentrou maior proporção de desempregados. Ver tabela 82.

Tabela 82 - Taxa de desemprego segundo sexo, idade e meio de residência

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	12,4	15	12,2	12,2	11,3	14,5
16-24	29,1	40,8	32,5	27,5	25,0	32,4
25-34	14,6	15,4	12,9	15,0	13,3	18,6
35-44	6,9	6,4	7,2	5,9	7,7	9,8
45-54	5,9	3,8	5,5	5,9	6,2	6,9
55+	3,3	4,0	2,9	4,7	4,3	3,8
Masculino	13,5	12,9	11,8	12,7	10,7	14,8
Feminino	11,2	17,4	12,8	11,6	12,1	14,2
Urbano	14,2	16,9	13,4	12,4	11,0	15,0
Rural	7,9	10,3	8,8	11,5	12,0	13,1

Fonte: INE, IMC - Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Indicador 1.2.1: Índice de Gini

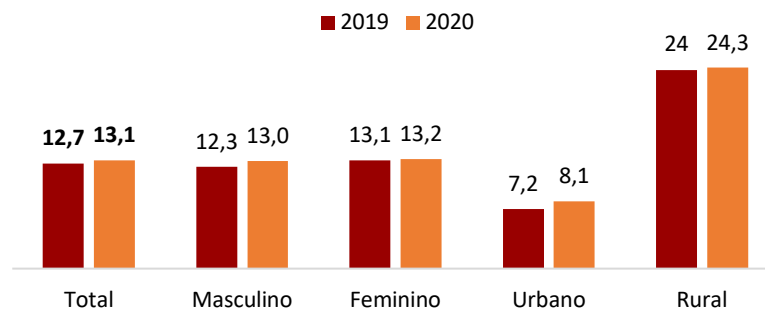
Para se caracterizar o nível e a evolução da desigualdade no consumo, a literatura oferece vários índices, sendo o mais importante e mais utilizado o de Gini.

Este indicador varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0 (zero), menor é a desigualdade social. Segundo os dados do IDRF, nota-se uma diminuição deste indicador em 2015 (0,42), comparativamente a 2007 (0,47), traduzindo-se numa melhoria da igualdade social.

Indicador 1.2.2: Percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional

De acordo com os dados estimados pelo INE, 13,1% da população cabo-verdiana vivia abaixo da linha de pobreza em 2020, sendo as mulheres e as pessoas que vivem no meio rural, as mais afetadas.

Gráfico 29 - Percentagem da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional



Fonte: INE – Estimação da pobreza

Indicador 1.3.1: Percentagem da população com acesso à energia elétrica, segundo meio de residência

Em 2019, cerca de 92,2% da população residente afirmou ter acesso à energia elétrica, tendo aumentado 5,6 pontos percentuais face a 2015. Contudo, cerca de 94,1% da população no meio urbano teve acesso à energia elétrica, enquanto no meio rural 88,4% da população afirma tê-lo.

Tabela 83 - Percentagem de população com acesso à energia elétrica por meio de residência, em %

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	86,9	90,1	90,1	90,3	92,2
Meio Residência					
Urbano	90,6	93,5	92,3	91,7	94,1
Rural	79,6	83,4	85,7	87,5	88,4

Fonte: INE, IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Indicador 1.3.2: Percentagem da população com acesso à água potável segundo meio de residência

Os dados apresentados na tabela 84 indicam a proporção da população com acesso a fontes melhoradas de água potável, isto é, acesso à água, através da rede pública de distribuição (água canalizada da rede pública, chafariz ou o acesso através da casa de vizinhos). Entre 2015 e 2019, verificou-se um ligeiro aumento, passando de 85,1% para 85,5% da população com acesso a uma fonte melhorada de água potável.

Quanto ao meio de residência, nota-se uma maior utilização da água potável no meio urbano (91,6%) do que no rural (72,8%).

Tabela 84 - Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável⁵ por meio de residência, em %

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	85,1	85,5	85,2	86,0	85,5
Meio residência					
Urbano	92,1	92,3	90,5	92,0	91,6
Rural	71,3	71,5	73,7	73,2	72,8

Fonte: INE, IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 1.3.1.b: Percentagem da população com acesso à internet, segundo sexo e meio de residência

Os dados apresentados na tabela 85, indicam que, em 2019, 61,9% da população cabo-verdiana tem acesso à internet, sendo que as maiores incidências recaem sobre os homens e pessoas que vivem no meio urbano, com 62,9% e 69,0% de acesso, respetivamente.

Tabela 85 - Percentagem da população de 10 anos ou mais com acesso à internet, segundo sexo e meio de residência

	2018	2019
Total	58,2	61,9
Urbano	64,7	69,0
Rural	44,3	47,5
Homem	62,2	62,9
Mulher	56,9	61,0

Fonte: INE, IMC - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

⁵ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "



OBJETIVO 1:

Um padrão de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos



Indicador 1.3.1.c: Percentagem da população que usa internet, por meio de residência

Mais da metade da população com 10 ou mais anos declarou, em 2019, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista. Nota-se uma maior utilização da internet no meio urbano (69,0%) e entre os homens (62,9%).

Tabela 86 - % da população com 10 ou mais anos que utiliza a Internet

	2015	2016	2017	2018	2019
Total	41,8	50,4	57,2	58,2	61,9
Urbano	50,7	57,4	63,8	64,7	69,0
Rural	25,7	36,2	43,3	44,3	47,5
Homem	44,6	50,9	57,9	62,2	62,9
Mulher	39,3	49,8	56,5	56,9	61,0

Fonte: INE, IMC - Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação



OBJETIVO 2:

Cidadão bem educados e revolução de competências apoiada pela ciência, tecnologia e inovação.

AGENDA
2063



OBJETIVO 2 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS BEM-EDUCADOS E REVOLUÇÃO DE COMPETÊNCIAS APOIADAS PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Indicador 2.1.1: Percentagem de crianças em idade pré-escolar a frequentar a educação pré-escolar

A frequência à educação pré-escolar para crianças dos 4 aos 5 anos, em 2018/19, foi de 83,7%, tendo aumentado 3,5 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2017/18. Em termos de género, constata-se uma ligeira vantagem para as meninas nos últimos quatro anos (período em análise).

Tabela 87 - % de crianças na idade do pré-escolar a frequentar este nível

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/2019
Total	85,1	87,8	82,3	80,2	83,7
Rapaz	85,9	86,6	80,9	79,4	82,8
Menina	84,4	89,0	83,7	81,0	84,6

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 2.1.2: Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo

A taxa líquida de escolarização no ensino básico (1º - 8º ano) evidencia a frequência de crianças em idade normal (6 - 13 anos) de escolarização deste nível de ensino. Os dados da tabela 88 indicam que 93,3% das crianças, com idade entre 6 e 13 anos, estavam a frequentar o ensino básico. No período de 2014/15 a 2018/19, verifica-se uma certa estabilidade do valor deste indicador. Quanto ao sexo, têm-se notado algumas diferenças, com vantagens para as meninas.

Tabela 88 - Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/2019
Total	91,4	91,7	92,3	92,4	93,3
Rapaz	93,0	93,3	93,8	94,0	94,8
Menina	89,7	90,0	90,8	90,9	91,9

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 2.1.4: Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo

A taxa líquida de escolarização no ensino secundário tem estabilizado à volta dos 53% nos dois últimos anos, tendo aumentado em cerca de 2,9 pontos percentuais em relação ao ano letivo de 2014/15. A diferença de escolarização entre rapazes e meninas em idade normal



OBJETIVO 2:

Cidadão bem educados e revolução de competências apoiada pela ciência, tecnologia e inovação.

AGENDA
2063



de escolarização é significativa, tendo estas uma vantagem de 14 a 15 pontos percentuais relativamente àqueles, durante o período em análise.

Tabela 89 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo, em %

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/2019
Total	51,0	52,1	53,1	53,3	53,9
Rapaz	43,8	44,9	46,0	45,7	46,4
Menina	58,3	59,5	60,4	61,1	61,5

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 2.1.3: Proporção de professores qualificados em Ciências ou Tecnologia ou Engenharia ou Matemática (STEM), por sexo

Tabela 90 – Proporção de professores qualificados em STEM, por sexo

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Total	20,2	16,2	13,5	16,9	16,7
Proporção de professores STEM qualificados, homens	25,3	19,5	16,5	19,5	19,5
Proporção de professores qualificados em STEM, mulheres	14,2	12,6	10,2	13,9	13,7

Fonte: Ministério da Educação



OBJETIVO 3: Cidadão saudáveis e bem nutridos



OBJETIVO 3 ÁFRICA 2063 - CIDADÃOS SAUDÁVEIS E BEM NUTRIDOS

Este objetivo visa garantir que haja cidadãos saudáveis e bem nutridos, tendo como áreas prioritárias a saúde e a nutrição, as quais refletirão na melhoria da saúde para todos, designadamente na redução da mortalidade infantil, na melhoria da saúde materna, e no combate ao HIV/AIDS, ao paludismo e a outras doenças.

A maioria dos indicadores elencados para este objetivo, além de alinhados, são os mesmos produzidos e descritos no **ODS 3 - Saúde e Qualidade** da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O quadro seguinte lista em detalhe o alinhamento dos indicadores das duas agendas.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
3.1.2 a	Taxa de mortalidade materna	3.1.1	Taxa de mortalidade materna (Gráfico nº 3)
3.1.2 b	Taxa de mortalidade neonatal	3.2.2	Taxa de mortalidade neonatal (Gráfico nº 6)
3.1.2 c	Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos	3.2.1	Taxa de mortalidade antes dos 5 anos (Gráfico nº 5)
3.1.3	Número de novos casos de infeção por HIV por 1000 habitantes	3.3.1	Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas (Gráfico nº 7)
3.1.1	Percentagem de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) com acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Total de mulheres e população com 15 – 45 ano	3.7.1	Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos (Tabela nº 9)
3.1.5	Prevalência de baixo peso em crianças menores de cinco anos	2.2.1	Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade (Tabela 5)



OBJETIVO 4 ÁFRICA 2063 - ECONOMIAS TRANSFORMADAS E CRIAÇÃO DE EMPREGO

Indicador 4.1.1: Taxa de variação do PIB real

Após ter registado uma recessão histórica em 2020, ano em que o produto interno bruto sofreu uma queda de 14,8 por cento em volume, em 2021, este indicador cresceu 7 por cento, estimulado pelo crescimento da procura interna, particularmente, do consumo privado e público.

Tabela 91 - Taxa de variação do PIB real, em %

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Taxa de variação do PIB real	1,0	4,7	3,7	4,5 ^P	5,7 ^P	-14,8 ^P	7,0 ^P

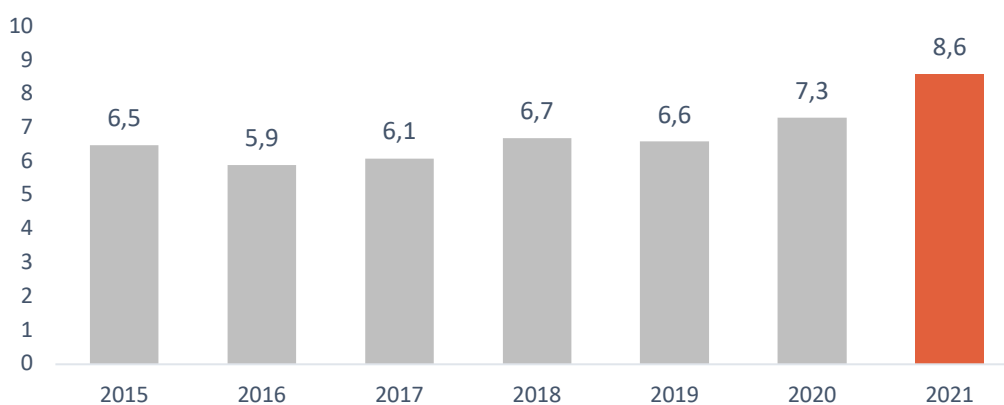
P - Provisório

Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 4.2.1: Valor acrescentado da manufatura como percentagem do PIB

O gráfico 30 mostra a evolução do peso do valor acrescentado da indústria transformadora no Produto Interno Bruto, no período 2015 - 2021. Pode-se constatar que há uma tendência crescente deste indicador a partir de 2016, atingindo 8,6% em 2021.

Gráfico 30 - Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB



P - Provisórios (2018, 2019, 2020 e 2021)

Fonte: INE, Contas Nacionais



OBJETIVO 5:

Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção



Os indicadores do **ODS 2 – Erradicar a fome**, já foram elencados no alinhamento com o objetivo 1 da Agenda africana, por isso não serão novamente retratados (ver pags.15 a 18).

O objetivo 5 da Agenda 2063 para África visa garantir a agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção agrícola.

O indicador número 31 que compõe este objetivo é o mesmo indicador descrito no **ODS 2 - Erradicar a Fome**, concretamente, **2.1.2 - Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO)**, tabela 4.

Em relação ao **indicador 30 - Taxa de crescimento de rendimento de produtos de prioridade nacional**, não se dispõe de informação.



OBJETIVO 6:

Economia azul / Oceânica para crescimento económico acelerado



OBJETIVO 6 ÁFRICA 2063 - ECONOMIA AZUL / OCEANO PARA UM CRESCIMENTO ECONÓMICO ACELERADO

Indicador 6.1.1: Valor acrescentado do sector da pesca, em percentagem do PIB

A proporção da pesca no PIB tem variado entre 0,7% e 1,2% ao longo da série. A sua maior contribuição no PIB foi, em 2015, (1,2%). Depois da estabilização do seu peso, em 2016 e em 2017, a proporção da pesca no PIB registou um ligeiro aumento em 2018, tendo em 2019, apresentado o seu menor peso (0,6%) de toda a série em análise.

Tabela 92 – Proporção (%) da Pesca no PIB

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Proporção da Pesca no PIB	1,2	0,7	0,7	0,9 ^P	0,6 ^P	0,7 ^P	0,7 ^P

P - provisório

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas e INE- Contas Nacionais



OBJETIVO 7:

Economia e comunidades ambientalmente sustentáveis e resilientes às alterações climáticas



OBJETIVO 7 - ECONOMIAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Indicador 7.1.1: Terras agrícolas colocadas sob a prática de gestão sustentável da terra, em percentagem.

Segundo os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura, realizado pelo Ministério da Agricultura e do Ambiente em 2015, o total das terras agrícolas é de 36 456 hectares (ha).

Indicador 7.1.2 a: Percentagem de áreas terrestre e água interior protegida

Os dados da tabela 93 indicam que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57 Km² em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde.

Tabela 93 - Superfície e proporção das áreas protegidas (2015)

	Terrestre	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Indicador 7.1.2 b: Percentagem de áreas costeiras e marinhas preservadas

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da tabela 94 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 94 - Cobertura de áreas marinhas protegidas relativamente às áreas marinhas (2015)

	Marinha	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



OBJETIVO 10:

África com infra-estruturas cruzadas de classe mundial



OBJETIVO 10 ÁFRICA 2063 – ÁFRICA COM INFRAESTRUTURAS CRUZADAS DE CLASSE MUNDIAL

Indicador 10.1.4: Número de megawatts adicionado à rede nacional

Tabela 95 - Produção total de Energia Elétrica

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de megawatts	419 535	443 975	491 000	496 287	511 669

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Indicador 10.1.5a: Proporção da população que usa telemóvel

Este indicador refere-se ao número de pessoas portadoras de um telemóvel, em percentagem da população com mais de 15 anos. Segundo os dados da tabela 96, o número de pessoas que utilizavam um telemóvel em 2018 representa 77,3% da população com mais de 15 anos, tendo aumentado 2 p.p. em 2019.

Tabela 96 - Proporção da população que usa telemóvel (%)

Indicador	2016	2017	2018	2019
% da população que usa telemóvel	79,3	81,2	77,3	79,3

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Tabela 97 - População com mais de 15 anos que usa telemóvel, segundo meio de residência e sexo

População	2016	2017	2018	2019
População com mais de 15 anos que usa telemóvel	298 937	311 524	301 282	313 597
Total da população com mais de 15 anos	376 959	383 489	389 706	395 682
Urbano	216 026	223 613	215 052	224 362
Total da população Urbano com mais de 15 anos	254 835	261 563	266 217	268 172
Rural	82 911	87 911	86 230	89 235
Total da população Rural com mais de 15 anos	122 125	121 926	123 489	127 510
Homens com mais de 15 anos que usa telemóvel	151 189	156 999	151 368	158 272
Total da população Homens com mais de 15 anos	185 679	189 850	193 158	195 477
Mulheres com mais de 15 anos que usa telemóvel	147 748	154 526	149 914	155 325
Total da população Mulheres com mais de 15 anos	191 280	193 639	196 548	200 205

Fonte: INE – IMC - Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



OBJETIVO 11:

Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos



OBJETIVO 11 ÁFRICA 2063 – VALORES DEMOCRÁTICOS, PRÁTICAS, PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DOS DIREITOS HUMANOS, DA JUSTIÇA E DO ESTADO DE DIREITO BEM ESTABELECIDOS

De acordo com os dados da tabela 98, mais de metade (57,8%) das pessoas acreditam que há liberdade de imprensa em Cabo Verde, tendo essa percepção aumentado em 2,9 pontos percentuais em 2016. Esta percepção é maior no meio rural (66,7%) e entre as mulheres (58,9%). Estes dados indicam que a percepção sobre a liberdade de imprensa aumenta de forma proporcional com a idade.

Indicador 11.1.2: Percentagem de pessoas que perceberam que há liberdade de imprensa em Cabo Verde

Tabela 98 - Percentagem de pessoas que perceberam que há liberdade de imprensa em Cabo Verde

	2013	2016
Total	54,9	57,8
Urbano	53,3	53,8
Rural	58,1	66,7
Homem	55,9	56,6
Mulher	53,8	58,9
Grupo etário		
18 -24	45,4	51,3
25 - 34	51,5	54,0
35 - 44	58,3	57,7
45 - 54	62,2	60,5
55 e+	65,8	65,4

Fonte: INE-IMC - SHaSA GPS

Indicador 11.1.3: Percentagem de pessoas que acreditam que as eleições são livres, justas e transparentes em Cabo Verde

Em 2016, 55,7% das pessoas acreditam que as eleições em Cabo Verde foram livres, justas e transparentes. Em termos evolutivos, observa-se que esta percepção aumentou 3,7 pontos percentuais face a 2013. As mulheres e as pessoas que vivem no meio urbano são aquelas que mais acreditam na justeza ou transparência dessas eleições. As pessoas com 45 ou mais anos de idade são aquelas com melhor percepção sobre essas eleições.



OBJETIVO 11:

Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos



Tabela 99 - Percentagem de Pessoas que acreditam que as eleições são livres, justas e transparentes em Cabo Verde

	2013	2016
Total	52,0	55,7
Urbano	55,0	56,2
Rural	45,9	54,6
Homem	50,6	53,8
Mulher	53,5	57,6
Grupo etário		
18 -24	47,4	54,5
25 - 34	47,2	52,6
35 - 44	53,6	53,7
45 - 54	57,7	54,6
55 e+	60,6	63,4

Fonte: INE-IMC - SHaSA GPS



OBJETIVO 12:

Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas



OBJETIVO 12 ÁFRICA 2063 - INSTITUIÇÕES ADEQUADAS E LIDERANÇA TRANSFORMADORA IMPLEMENTADAS

Indicador 12.1.1: Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram suborno a um funcionário público ou foram solicitadas suborno por esses funcionários públicos durante os últimos doze meses

Cerca de 1,2% dos inquiridos declararam que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, sentiram-se, pelo menos uma vez, obrigados a oferecer dinheiro, presente ou favor a um funcionário público em troca de um benefício, tendo registado uma diminuição de 0,3 p.p. quando comparado com o ano de 2013. Esta situação é mais agravada no meio rural (1,6%), nos homens (1,6%) e nos jovens com idade entre 18 e 24 anos.

Tabela 100 – Proporção (%) de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

	2013	2016
Total	1,5	1,2
Urbano	1,3	1,1
Rural	1,7	1,6
Homem	1,6	1,6
Mulher	1,3	0,9
Grupo idade		
18 -24	1,2	3,0
25 - 34	1,0	0,6
35 - 44	1,9	1,8
45 - 54	2,9	0,2
55 e+	0,9	1,0

Fonte: INE-IMC Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança 2013 e 2016



OBJETIVO 17:

Plena igualdade de gênero em todas as esferas da vida



OBJETIVO 17 – PLENA IGUALDADE DE GÊNERO EM TODAS AS ESFERAS DA VIDA

O objetivo 17 da Agenda 2063 para África visa garantir a plena igualdade do gênero em todas as esferas da vida, nas quais foram definidas como áreas prioritárias a capacitação da mulher e meninas, a violência e a discriminação contra elas.

Alguns indicadores desse objetivo estão alinhados com os indicadores do **ODS 5 - Igualdade do Gênero** da agenda 2030, conforme o quadro seguinte.

Agenda 2063 Africa		Agenda 2030 - ODS	
Ind.	Descrição	Ind.	Descrição
17.1.1	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo	5.a.1	Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo (ver tabela 25)
17.1.2	Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional	5.5.1	Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais (ver gráfico 15)
17.2.1	Proporção de mulheres e meninas objetos de violência sexual e física	5.2	Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência (ver tabela 20)

Nota: Os indicadores dos ODS 4 e 5 da agenda 2030, que estão alinhados com este objetivo, já foram elencados nas páginas 32 a 36 e 37 a 41, respectivamente, pelo que não serão descritos novamente.



OBJETIVO 18:

Jovens e crianças engajados e capacitados



OBJETIVO 18 ÁFRICA 2063 – JOVENS E CRIANÇAS ENVOLVIDOS E CAPACITADOS

O objetivo 18 da agenda 2063 para a África visa garantir que jovens e crianças sejam envolvidos e capacitados para uma África preocupada com o desenvolvimento das pessoas, particularmente das mulheres, dos jovens e das crianças, cuidadas dignamente.

Os indicadores **18.1.2.a** - % de crianças envolvidas no trabalho infantil e **18.1.2.c** – Crianças vítimas de tráfico de pessoas em percentagem e **60** – Nível de implementação das disposições da Carta Africana da Juventude pelos Estados Membros não dispõe de dados.

Para este objetivo, apresenta-se somente a percentagem de crianças menores de 18 anos que casaram, tendo em conta que não existem dados das que vivem em relação conjugal.

Indicador 18.1.2.b: % das crianças envolvidas no casamento infantil

Tabela 101 - Percentagem das crianças envolvidas no casamento infantil

	Ano do casamento				
	2014	2015	2016	2017	2018
Número de filhos casados com menos de 18 anos	3	3	9	3	6
Número total de crianças na população	185266	184445	183860	183464	183297
Proporção de filhos menores de 18 anos que são casados	0,002	0,002	0,005	0,002	0,003

Fonte: INE, Estatísticas Vitais, 2018

Nota: não inclui viver em uma relação conjugal



OBJETIVO 19:

África como um parceiro importante em assuntos globais e coexistência pacífica



OBJETIVO 19 ÁFRICA - ÁFRICA COMO PARCEIRO IMPORTANTE NOS ASSUNTOS GLOBAIS E CO-EXISTÊNCIA PACÍFICA

Indicador 19.1.1.a: Disponibilidade de legislação estatística que cumpra os princípios fundamentais das estatísticas oficiais

A Lei n.º 35/VII/2009, de 2 de março, que estabelece os princípios e as normas por que se rege o Sistema Estatístico Nacional, que esteve em vigor até 18 de fevereiro de 2019, acolheu os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas nos seguintes artigos:

Princípio 1º (Relevância, Imparcialidade e Acesso Universal) - é acolhido, em parte, no artigo 5.º, n.º 1, alínea c).

Princípio 2º (Normas Profissionais e Ética) - é acolhido no artigo 20.º, alínea b)

Princípio 3º (Responsabilidade e Transparência) - é acolhido no artigo 6.º (Fiabilidade)

Princípio 4º (Prevenção de Uso Incorreto) - é acolhido no artigo 5.º (Independência), n.º 2.

Princípio 5º (Custo-benefício) - é acolhido no artigo 7.º (Racionalidade)

Princípio 6º (Sigilo) – é acolhido no artigo 10.º (Princípio do Segredo Estatístico)

Princípio 7º (Legislação) - O facto de a legislação do SEN ser publicada no Boletim Oficial assegura já, de algum modo, o acolhimento deste princípio, a que acresce a sua publicação no *site* do INE.

Princípio 8º (Coordenação Nacional) - é acolhido no artigo 12.º (Coordenação estatística)

Princípio 9º (Padrões Internacionais) - é acolhido nos artigos 3.º, alínea a), e 11.º (Qualidade).

Princípio 10º (Cooperação Internacional) - artigo 20.º, alínea k), ao atribuir ao CNEST a competência para “Emitir parecer sobre os projetos de programas anuais de cooperação estatística dos Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais, visando a sua integração.”



OBJETIVO 19:

África como um parceiro importante em assuntos globais e coexistência pacífica



A referida Lei foi revogada pela Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro – que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional.

Indicador 19.1.1.c: Existência de disposições institucionais formais para a coordenação da compilação de estatísticas oficiais

A atividade estatística oficial em Cabo Verde (designadamente a produção e difusão de estatísticas oficiais) é exercida pelo Sistema Estatístico Nacional (SEN) (definido como sendo “o conjunto orgânico integrado pelas entidades públicas aos quais compete o exercício da atividade estatística oficial de interesse nacional”).

- O SEN é regulado pela Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro [que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do SEN] – 1º componente
- O Conselho Nacional de Estatística é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN [artigo 16.º e ss.] – 2º componente
- O Instituto Nacional de Estatística é o órgão executivo central de produção e difusão de estatísticas oficiais no âmbito do SEN, tendo como atribuições o exercício de funções de conceção, recolha, processamento, apuramento, análise, difusão e coordenação de dados estatísticos oficiais que interessam ao país. [artigo 24.º e 26.º] – 3º componente.

Nota: Os indicadores do ODS 17 da agenda 2030 não serão retratado neste capítulo, visto que já foram descritos da página 74 a 79.



OBJETIVO 20:

África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu desenvolvimento



OBJETIVO 20 ÁFRICA 2063 – A ÁFRICA ASSUME PLENA RESPONSABILIDADE DE FINANCIAR O SEU PRÓPRIO DESENVOLVIMENTO

Indicador 20.1.3.b: Percentagem de despesas de desenvolvimento pagas pelos mercados financeiros nacionais

Conforme os dados do Ministério das Finanças, em 2019, 21,1% das despesas de desenvolvimento foram pagas pelo mercado financeiro nacional, tendo registado um aumento de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior.

Tabela 102 - Despesas de desenvolvimento pagas pelos mercados financeiros nacionais (%)

Ano	%
2015	18,5
2016	24
2017	13,8
2018	21,7
2019	22,1

Fonte: Ministério das finanças

Indicador 20.1.2: Receitas fiscais como % PIB

A receita fiscal, em 2019, foi de 21,5% do Produto Interno Bruto, tendo diminuído 0,6 pontos percentuais face a 2018. Constata-se ainda que, entre 2015 e 2019, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm oscilado entre alta e baixa.

Tabela 103 - Total das receitas fiscais em percentagem do PIB

Ano	%
2015	20,6
2016	19,5
2017	20,7
2018	22,1 ^P
2019	21,5 ^P

P- Provisório

Fonte: INE e Ministério de Finanças



OBJETIVO 20:

África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu desenvolvimento



Indicador 20.1.3.a: Ajuda ao desenvolvimento como percentagem do orçamento de estado

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do orçamento do Estado, tem oscilado entre 16,6% e 33,3% no período de 2015 a 2019, tendo aumentado 11,4 pontos percentuais, em 2019, face a 2018.

Tabela 104 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do orçamento do Estado

Ano	%
2015	33,3
2016	23,2
2017	29,8
2018	16,6
2019	28,0

Fonte: Ministério de Finanças



OBJETIVOS SEM ALINHAMENTO:

Neste capítulo, serão apresentados os objetivos tanto das agendas 2030, como de 2063 sem alinhamento, nomeadamente o ODS 12 e os objetivos 10 e 11 da agenda 2063 para África.



OBJETIVOS NÃO APLICÁVEIS A CABO VERDE:

Alguns objetivos da agenda 2063 para África não foram abordadas neste relatório, visto que não se aplicam para o caso de Cabo Verde, nomeadamente:

Objetivo 8: Estados Unidos da África (Federais ou Confederados)

Indicador 36.a - Número de barreiras não tarifárias relatadas (NTBs)

Indicador 36.b - Número de barreiras não tarifárias (NTBs) eliminadas

Indicador 37 - Mudança no volume do comércio intra-africano por ano

Objetivo 9: Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais

Indicador 38.a - Número de Estados Membros que ratificaram a Área de Livre Comércio Continental (ALCC)

Indicador 38.b - Número de Estados-Membros que submeteram a ZCLC

Indicador 39 - Número de países que ratificaram o Protocolo que estabelece o Fundo Monetário da União Africana

Objetivo 13: Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade;

Indicador 50 - Mortes relacionadas a conflitos por 100.000 habitantes.

Objetivo 14: Uma África Estável e Pacífica;

Indicador 51 - Número de conflitos armados.

Objetivo 15: Uma Arquitetura de Paz e Segurança (APSA) totalmente funcional e operacional.

Indicador 52a - Existência de um Conselho Nacional de Paz;

Indicador 52b - Número de diálogos nacionais realizados.



RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2021

AGENDA 2030 / 2063